

humanitas

Vol. XV–XVI

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XV E XVI



COIMBRA
MCMLXIII-LXIV

OBRA POÉTICA DE DIOGO MENDES DE VASCONCELOS

I

BIOGRAFIA

OS ASCENDENTES

Pedro de Mariz, autor dos *Diálogos de Vária História*, escrevia em 1599, em carta a Diogo Mendes de Vasconcelos: «Admirem outros, quanto quiserem, a nobreza da tua família; maravilhem-se perante os feitos ilustres dos teus antepassados e apreciem a tua fidalguia pela antiguidade da linhagem. Quanto a mim, embora sinta por tudo isto a maior consideração, em maior apreço tenho ainda as qualidades que te são próprias e que são mais valiosas, pois que as honras familiares e a glória dos antepassados granjearam-nas os teus avós e transmitiram-nas a ti e aos outros seus descendentes, ao passo que o fulgor da tua virtude e da tua glória, tu mesmo o alcançaste com o teu esforço e não te veio do trabalho alheio» (1).

(1) Pedro de Mariz, *Diálogos de Vária História*, Coimbra, 1598, introdução, nas folhas marcadas com ++ verso e +-f 2.

Várias das obras citadas são dos primeiros tempos da imprensa em Portugal e não têm ainda uma paginação sistemática. Neste caso, indicamos a página pelos sinais destinados a orientar a disposição das folhas e dos fascículos na tipografia.

O texto latino de Pedro de Mariz é o seguinte: «Admirentur alii quantumuis splendorem tuae gentis : obstupeant praeclaras uirtutes maiorum tuorum : et nobilitatem tuam, familiae uetustate, metiantur. Ego uero et si haec maxima censeo pluris tamen facio ornamenta tua propria et iucundiora : gentilicis enim honores et auitam gloriam tui maiores pepererant easque tibi et ceteris suis posteris, reliquerunt ; praestantiam uero uirtutis et honoris, ipse tibi tuo quaesisti studio, non aliena industria comparasti.»

No geral deixaremos de citar o texto latino, sendo as traduções da nossa responsabilidade, se nada for anotado em contrário.

Esta carta, recebida por Diogo Mendes de Vasconcelos poucos meses antes da sua morte, atesta claramente a nobreza do seu sangue e o valor dos seus antepassados. O mesmo elogio da fidalguia de origem se encontra numa poesia dedicada por Luís Pires a Diogo Mendes de Vasconcelos (1).

Graças aos elementos que nos foram fornecidos pelo Sr. Manuel Rosado de Vasconcelos, um dos actuais representantes da família de Diogo Mendes, é-nos possível reconstituir a sua genealogia ao longo das gerações. O nome de Vasconcelos foi usado pela primeira vez, nesta família, por João Pires de Vasconcelos, que serviu D. Fernando III de Castela na tomada de Sevilha (1247-1248), e o seu mais ilustre representante foi o Mestre de Santiago, Mem Rodrigues de Vasconcelos, capitão da Ala dos Namorados, em Aljubarrota, que também assistiu às Cortes de Coimbra, e era Senhor de Monsarás, S. Martinho da Cabreira, Geraz e Santo Estêvão.

Baseando-se em minuciosos estudos e corrigindo, em certos pormenores, autores como Braancamp Freire e Felgueiras Gaião, o Sr. Manuel Rosado de Vasconcelos, linhagista bem documentado, estabeleceu assim a ascendência de Diogo Mendes de Vasconcelos:

— com o Conde D. Henrique, veio para Portugal o Conde D. Osório, filho do Conde D. Rodrigo Veloso, Senhor de Cabreira e da Ribeira, descendente, por sua vez, dos Condes de Cabreira e de Trastâmara;

— de D. Osório foi filho D. Moninho Osores, que foi pai do célebre Martim Moniz que morreu na tomada de Lisboa, em tempo de D. Afonso Henriques;

— de Martim Moniz descende Pedro Martins, chamado da Torre, por ser Senhor da Torre de Vasconcelos, junto de Amares (Braga), a qual houve da Religião de Malta, por troca;

— deste proveio João Pires de Vasconcelos, Senhor da Torre de Vasconcelos, o primeiro que tomou este apelido, que serviu D. Fernando de Castela na tomada de Sevilha e a respeito do qual há uma sentença de D. Sancho II, em Cabeço de Vide, entre Tejo e Odiana, por causa de uma questão de homicídio;

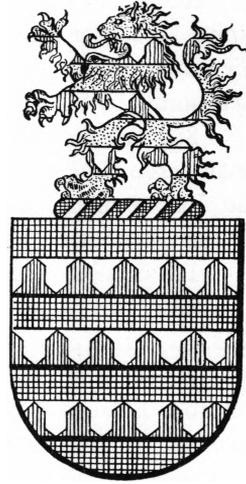
— de João Pires de Vasconcelos foi filho Rodrigues Anes de Vasconcelos, pai de Mem Rodrigues de Vasconcelos, do tempo de D. Dinis;

(1) Cf. *Referências e elogios*, pp. 71-73.

— deste descendeu Gonçalo Mendes de Vasconcelos, que foi o pai de Mem Rodrigues de Vasconcelos, Mestre de Santiago no tempo de D. João I, Capitão da Ala dos Namorados em Aljubarrota, Senhor de Monsarás, S. Martinho da Cabreira, Geraz e Santo Estêvão;

— de Mem Rodrigues de Vasconcelos descende D. Leonor Mendes de Vasconcelos, legitimada em 1429, mulher de Lourenço Misurado, e destes proveio D. Aldonça Mendes de Vasconcelos, alcaidessa da vila de Alter, onde casou com João Nunes do Carvalho;

— de D. Aldonça nasceu Lourenço Misurado, casado com D. Joana Gonçalves que foram os pais de Gonçalo Mendes de Vasconcelos, nascido em Alter do Chão. Chegámos assim, por um lado da geração, ao pai de Diogo Mendes de Vasconcelos. Compreende-se, pois, que na sua autobiografia diga que seu pai era «descendente da antiga família dos Vasconcelos» (1) e que as licenças do Rei para se imprimirem as obras de Diogo Mendes de Vasconcelos mencionem expressamente que este é «fidalgo» da Casa Real (2).



A família Vasconcelos tinha brasão de armas, com a seguinte simbologia : — elmo de prata aberto, tendo por timbre um leão, com três faixas, em campo negro, veiradas e contraveiradas de prata e vermelho (3).

(1) Cf. *Vita Iacobi Menoetii Vasconcelli ab ipso conscripta*. Encontra-se após os *Scholia* do *De Antiquitatibus Lusitaniae*, edição de Évora, 1593.

O texto está dividido em parágrafos separados por pequenos intervalos. Numerámos os parágrafos para facilidade de referência. Citaremos sempre esta edição apenas sob a designação de *Vita*, seguida do número do parágrafo. As palavras acabadas de traduzir são de *Vita*, n.º 1.

(2) Cf. *Vita Gondisalui Pinarii, Episcopi Visensis, auctore Iacobo Menoetio Vasconcello, Lusitano*. Eborae, 1591. É esta a edição «princeps» da obra. A eia passaremos a referir-nos apenas por *Vita Gondisalui*. A licença a que se alude no texto encontra-se na fl. 2, verso. A mesma expressão se encontra também na licença do *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Évora, 1593, fl. 2, verso.

(3) A linha genealógica que" acabámos de apresentar foi-nos fornecida, de viva voz, pelo Sr. Manuel Rosado de Vasconcelos que se ia documentando com vasta bibliografia. Eis algumas das obras indicadas: *Nobiliário do Conde D. Pedro*,

OS PAIS E RESTANTE FAMÍLIA

Ao principiar a sua autobiografia, Diogo Mendes de Vasconcelos diz que seu pai, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, foi varão de costumes irrepreensíveis, de piedade insigne para com Deus e admirado pela integridade da sua vida. Além disso, era dotado de singular fortaleza de ânimo, que consagrou aos interesses da Pátria, contra os inimigos da Fé, tanto na África como na Índia, onde esteve como capitão durante sete anos (1).

Sua mãe foi D. Beatriz Pinheiro, irmã de D. Gonçalo Pinheiro, que mais tarde foi Bispo de Viseu, e de D. Teresa Pinheiro, a qual foi mãe de João Pinheiro e de Miguel Cabedo, companheiros de estudos de Diogo Mendes de Vasconcelos.

Em Setúbal, onde a família Pinheiro tinha casa, nasceu certamente o irmão mais velho de Diogo Mendes, de nome João, o qual antes de 1535 já partia para a Índia.

De sua mãe traça Diogo Mendes de Vasconcelos um retrato nestes termos: Entre as senhoras do seu tempo, foi de virtude incomparável, singular prudência e notável pela incrível respeitabilidade dos seus costumes. Estes dons de alma eram realçados pela sua estatura elevada, bem como por uma agradável beleza de rosto (2).

A restante família, de que falaremos neste trabalho, é constituída pelos seus sobrinhos, filhos de Miguel Cabedo e de sua irmã Leonor Pinheiro, cujos nomes são: Jorge, o primogénito; Gonçalo, o que lhe editou as obras em Roma e lhe tratou da sepultura; António, que era muito dotado para o grego e morreu com 25 anos; Manuel, que foi Cavaleiro de Malta e lhe consagrou três composições poéticas latinas; e Diogo, que viveu em Évora.

Madrid, 1646, p. 303; *Crónica de D. João I*, parte I, caps. 112 e 161; parte II, caps. 39, 40, 77 e 83; Felgueiras Gaio, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, tomo 28, Braga, 1941, § 91, p. 126; Anselmo Braancamp Freire, livro I dos *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, 1921, p. 383; João Salgado de Araújo, *Sumario de la Familia ilustrísima de Vasconcellos*, Madrid, 1638; Eugênio de Castro, *Os meus Vasconcelos*, Coimbra, 1933; *Portugaliae Monumenta Historica*, I, Scriptorum, p. 317; D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo XII Parte I, Lisboa, 1947; Salazar, *Glórias da Casa de Farne si*, p. 192; *Crónica d'El-Rei D. Afonso III*; Moreri, *Dicionário sobre as famílias nobres*.

(1) *Vita*, n.º 1.

(2) *Vita*, n.º 11.

Todavia, através da biografia de Miguel Cabedo sabemos que este teve também duas filhas (1). Eram, portanto, sete os sobrinhos de Diogo Mendes, por parte de sua irmã Leonor.

Após a morte de D. Beatriz Pinheiro, o pai de Diogo Mendes de Vasconcelos casou segunda vez com D. Inês Carrilho, natural do Crato, filha de António Dias de Abreu e de D. Filipa Carrilho (2). Deste segundo matrimónio nasceu Lourenço Misurado, do qual descendem várias famílias com representantes no Alto Alentejo, como são as que usam o sobrenome de Vaz de Camões (Crato), Caldeira (Alter do Chão), Fonseca (Portalegre), Avilez (Portalegre), Viscondes de Oleiros e Rosado de Vasconcelos (3).

NASCIMENTO E INFÂNCIA

Tendo Gonçalo Mendes de Vasconcelos regressado da Índia, estabeleceu-se em Setúbal, mas logo em 1522 teve de deixar esta vila para fugir aos perigos de uma peste que então lá grassava. Dirigiu-se para Alter do Chão, sua terra natal, onde tinha serviçais, amigos e consanguíneos.

Foi em Alter do Chão que em 1 de Maio de 1523 nasceu Diogo Mendes de Vasconcelos, numa casa construída por seu pai (4).

Apesar de em Alter ter vivido apenas até aos cinco anos, Diogo Mendes guarda desta vila gratas recordações. Na autobiografia refere-se à «amenidade do clima» e numa poesia que em 1580 lhe consagrou,

(1) Cf. *Vita Michaelis Cabedii*, no *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Roma, 1597, p. 392-402.

(2) O segundo casamento de Gonçalo Mendes de Vasconcelos está documentado pelo 3.º tomo genealógico do Desembargador Miguel Accioli da Fonseca Leitão, fl. 57 v., manuscrito do século xvii, que se encontra na biblioteca particular do Sr. Manuel Rosado de Vasconcelos.

(3) O Sr. Manuel Rosado Marques Camões de Sousa e Vasconcelos deixou a sua residência em Alter do Chão para viver em Lisboa, embora tenha também domicílio em Midões (Tábua, Beira Alta), por ter casado com a Sr.ª D. Maria da Conceição de Albuquerque da Costa Brandão, filha dos Viscondes do Ervedal da Beira. Foi primeiro no seu solar de Midões e depois na sua residência de Lisboa que o Sr. Rosado de Vasconcelos teve a gentileza de nos receber e de nos fornecer os elementos genealógicos já mencionados, pelo que lhe manifestamos o nosso reconhecimento.

(4) Cf. *Vita*, n.º 3.

tece-lhe rasgado elogio. Aí evoca os *anos da meninice*, as *fontes cristalinas de água corrente*, as *quintas amenas*, os *campos férteis*, a *abundância de rebanhos*, o valor do *l'ovo conservador dos velhos costumes dos antigos*, as torres do castelo, principalmente a que *6s'tá voltada ao Sol poente*, cujas *altaneiras ameias* parecem *projectar-se nos astros*.

Especialmente sentida é a evocação da *casa antiga*, da *casa amada* onde viu a luz do dia e *soltou aos ventos do céu os primeiros vagidos* (1). A casa em que nasceu Diogo Mendes de Vasconcelos existe ainda em parte, mas a frontaria foi reconstruída e embelezada no século xvm. A quem a contempla do largo fronteiroço, a Casa do Álamo — como hoje é conhecida — produz uma impressão de grandeza e majestade. O interior conserva pinturas, frescos e brasões da época da restauração. Anexa à casa está a Quinta do Álamo, ajardinada, viçosa e fértil (2).

Também em Alter do Chão nasceu D. Leonor Pinheiro que veio a casar com seu primo Miguel Cabedo (3). Deles descendem os actuais viscondes do Zambujal que conservam os sobrenomes de Cabedo de Vasconcelos.

Tinha Diogo Mendes de Vasconcelos cinco anos quando seu pai mudou a residência para Vila Viçosa. Cartas insistentes do 4.º Duque de Bragança, D. Jaime, que tinha o Senhorio de Alter, a isso o convidavam; e Gonçalo Mendes acedeu, em parte porque era vassalo do Duque, em parte porque desejava passar uma vida mais tranquila, pois ressentia-se das fadigas da vida no ultramar (4).

De 1528 a 1530 a vida correu agradavelmente. Por um lado, a família Bragança tratava os recém-chegados com toda a amabilidade, sobretudo a irmã do Duque, D. Joana, e a filha, D. Isabel, que veio a casar com o filho do rei D. Manuel, D. Duarte (5); por outro, o tio de Diogo Mendes, o Rev.^o Dr. Gonçalo Pinheiro, também se ligou à Casa de Bragança e veio igualmente para Vila Viçosa, vivendo com a irmã, o cunhado e os sobrinhos em doce paz e amizade familiar (6).

(1) Cf. *Obra Poética*, IV.

(2) A casa é hoje pertença da Sr.^a D. Maria Rosa Rosado Marques de Carvalho, descendente da família Vasconcelos, casada com o Sr. Artur Teles Barradas de Carvalho que teve a amabilidade de nos acompanhar na visita à Casa e à Quinta do Álamo.

(3) Cf. *Vita*, n.º 4.

(4) *Vita*, n.º 5.

(5) *Vita*, n.º 10.

(6) *Vita*, n.º 6.

O P.^e Dr. Gonçalo Pinheiro era já então pessoa de certo prestígio. Nasceu em Setúbal em 1490, estudara Humanidades em Lisboa e depois cursou Direito Pontifício em Salamanca. Ganhou fama com o seu saber, a ponto de ter sido convidado para Conselheiro da cidade de Valhadolid. Tendo recusado este cargo, veio para Portugal e passou então a exercer as funções de encarregado dos negócios eclesiásticos do Duque de Bragança (1).

Porém, em 1530 declara-se uma peste na vila ducal e estas relações desfazem-se. D. Beatriz vai com seus filhos para o castelo de uma vila próxima; o Duque refugia-se em Coimbra; o P.^e Dr. Gonçalo acompanha primeiro a irmã e depois vai juntar-se ao Duque; só o pai permanece em Vila Viçosa, arrostando os perigos da peste. Entretanto, o P.^e Gonçalo Pinheiro obteve a nomeação para umas igrejas em Trás-os-Montes e para lá se retirou (2).

Não tardou muito que o grupo se refizesse, em parte. Passados quinze meses, a peste cessou. D. Beatriz voltou a Vila Viçosa e o Duque também (3). O tio Gonçalo não se demorou no Norte e voltou de novo ao Alentejo, ao saber que na Sé de Évora tinha vagado um canonicato. Prestadas provas, foi admitido como Cónego.

Estamos já em 1533. Em Évora conviveu o Dr. Gonçalo Pinheiro com o Prelado de então, o Cardeal D. Afonso, filho de D. Manuel, e com o próprio Rei D. João III. A sua erudição impôs-se e o Monarca nomeou-o primeiro conselheiro e depois, tendo sido nomeado Bispo de Safim, levou-o para Lisboa (4).

Em Vila Viçosa os acontecimentos não correram de modo favorável. Em 1532, morrera o Duque D. Jaime. Pouco depois, e talvez no mesmo ano, D. Beatriz Pinheiro sucumbira também apenas com 45 anos de idade. O luto entristecia duplamente a família ducal e a família Vasconcelos, pois que se estimavam mutuamente (5).

O antigo capitão da Índia não sobreviveu muito à morte da esposa. Casou segunda vez, como atrás se referiu, mas em Fevereiro de 1535 foi ele próprio arrebatado pela morte, após grave doença.

(1) Cf. *Vita Gondisalui*, A4, v.

(2) *Vita*, n.º 6 e 7.

(3) *Vita*, n.º 8 e 9.

(4) Cf. *Vita Gondisalui*, A4, 2.^a parte. As folhas dos fascículos desta obra só estão numeradas na primeira parte. A segunda parte do fascículo não tem qualquer paginação ou sinal tipográfico.

(5) *Vita*, n.º 9 e 10.

Nesta triste emergência, Diogo Mendes de Vasconcelos ficou confiado aos cuidados de seu tio, o Cónego Gonçalo Pinheiro, então ainda em Évora (1).

OS ESTUDOS

A educação de Diogo Mendes de Vasconcelos foi toda feita sob a orientação do tio. Tendo ido para Évora com 12 anos, aí começou os estudos e quando o Bispo-eleito de Safim foi chamado para a Corte de Lisboa, o pequeno estudante acompanhou-o e prosseguiu as suas lições na Capital.

D. João III depositava muita confiança no Bispo D. Gonçalo. Pouco depois da sagração episcopal, encarregou-o de ir para França desempenhar, em Baiona, as funções de principal representante português num tribunal, constituído por acordo entre o nosso Rei e Francisco I, com o fim de solucionar os litígios que frequentemente surgiam entre portugueses e franceses. Os portugueses queixavam-se de que eram espoliados das suas fortunas e molestados com injúrias e os franceses também se apresentavam como vítimas de ofensas e inimizades (2).

D. Gonçalo Pinheiro partiu certamente no fim de 1537. O sobrinho Diogo foi para Setúbal para junto de seus primos, os irmãos João Pinheiro, então com cerca de 17 anos, e Miguel Cabedo, com uns 13 anos.

Porém, ao chegar a Baiona e ao verificar que a sua missão ia ser demorada, D. Gonçalo Pinheiro mandou ir para junto de si os três sobrinhos e fã 10 -s acompanhar de um clérigo, o mestre Álvaro Bernardo, de Setúbal. Partiram os quatro em Outubro de 1538. Chegados a Baiona, poucos dias se demoram com o tio, pois este resolvera mandá-los estudar para Bordéus (3).

O Colégio de Guiana gozava então de justa fama. Aliás, o ensino tinha-se renovado, de modo geral, em toda a França, na primeira parte do século xvi. Os estudos humanísticos, que começaram a adquirir nova importância na Itália, a partir de Petrarca, no século xiv, e que no século xv atingiram nas Repúblicas italianas verdadeiro esplendor, conquistaram no final deste século e principio do seguinte, pouco a pouco, todas as nações cultas da Europa. O Colégio de França, fun-

(1) *Vita*, n.º 12.

(2) Cf. *Vita Gondisalui*, A 4, 2.ª parte.

(3) *Vita*, n.º 13 e 14.

dado por Francisco I, em 1530, após tentativas que anteriormente tinham resultado infrutíferas, marca apenas a consagração oficial da adopção dos novos programas e métodos de ensino. Noutras partes havia já colégios que tinham posto de lado os métodos medievais e se entregavam decididamente à orientação dos humanistas.

O Colégio de Guiana, em Bordéus, era então dos mais famosos. Quando Diogo Mendes de Vasconcelos e seus primos começaram a frequentar as suas lições, em fins de 1538, era Reitor o português André de Gouveia, que também já o fora do Colégio de Santa Bárbara, em Paris, e de quem Montaigne diz que foi o maior «principal» de França» (1).

Como, após a saída de Bordéus, Vasconcelos entrou logo no estudo do Direito, temos de concluir que completou o seu estudo de Humanidades nos dois anos que estudou no Colégio de Guiana. Não podemos saber quais os conhecimentos que então possuíam já os sobrinhos de D. Gonçalo Pinheiro, mas é-nos lícito supor que passaram a frequentar as classes mais elevadas.

O curso de Humanidades compreendia então, ali, dez classes. Nas primeiras sete, além da gramática de Despautério, estudavam-se Cícero, Terêncio, Ovídio, Virgílio e Lucano. Como as três últimas classes foram, certamente, as que Vasconcelos melhor assimilou em Bordéus, a elas nos vamos referir especialmente.

Na terceira classe explicavam-se as *Epístolas Familiares* de Cícero ou as *Epístolas a Ático* ou a *Bruto* ou a *seu irmão Quinto*, até ao dia 1 de Janeiro e em francês; em seguida, um *Discurso* fácil de Cícero e, ao mesmo tempo, a *Retórica* de algum bom autor; insistia-se na sintaxe, arte de versificar e figuras no Despautério e, finalmente, dava-se uma comédia de Terêncio e o livro dos *Fastos* ou das *Metamorfofes* de Ovídio.

Na segunda classe explicavam-se, de Cícero, um *Discurso* e as *Oratoriae partiones* ou obra equivalente sobre a Retórica; ensinava-se a história (certamente a história antiga) e voltava a repetir-se a arte de versificar e as figuras do Despautério; dava-se Virgílio ou parte das *Metamorfofes* de Ovídio e de outras obras deste poeta ou da *Farsália* de

(1)No célebre «ensaio» sobre *A educação das crianças*, Montaigne fala dos seus estudos e diz a certa altura: «et m'envoya environ mes six ans au college de Guienne, tresflorissant pour lors, et le meilleur de France». Sobre o Director do Colégio de Bordéus, Montaigne afirma um pouco adiante: «en cela Andreas Goveanus, nostre principal, comme en toutes aultres parties de sa charge, feut sans comparaison le plus grand principal de France». Cf. Montaigne, *Les essais*, livre I, chapitre XXV, *De l'insitution des enfants*. (I, La Renaissance du livre, Paris, s/d, pp. 167 e 169).

Lucano. Além disso faziam-se nesta classe exercícios de composição em verso e iniciava-se a declamação.

A primeira classe era especialmente consagrada à Retórica, segundo os princípios de Cícero ou Quintiliano ; estudava-se uma obra de Cícero, especialmente um dos *Discursos*; ensinava-se a história segundo Tito Lívio, Justino, Séneca, Eutrópio, Mela ou qualquer outro autor; dava-se a *Poética*, sobretudo segundo Virgílio, Lucano e Pérsio, sem esquecer Juvenal, Horácio e Ovídio (expurgados); continuavam os exercícios de declamação pública e privada (1).

Como meio de despertar no estudante a emulação, recorria-se com frequência às disputas. Assim se formavam poetas e oradores em latim. Com uma educação assim orientada, compreende-se bem que poucos humanistas fossem capazes de resistir à tentação de escrever em latim — prosa e verso.

Terminado o curso de Humanidades em Bordéus, completando assim a formação começada em Portugal, foi o próprio «principal» André de Gouveia que se encarregou de ir entregar os três sobrinhos a D. Gonçalo Pinheiro, a Baiona (2). Estaríamos então no fim do *ano lectivo* de 1539-1540.

Pensou então o embaixador português em dar aos jovens por cuja educação se empenhava, o curso de Direito, tanto eclesiástico como civil. Para isso, enviou-os para uma Universidade, também do Sul da França, a de Tolosa, que então tinha mestres de grande nomeada, tanto em Direito Civil como Canónico. Entre estes professores, Diogo Mendes cita António Maria Corásio, Monsabracó, Arnaldo Ferrério e Fernando Berengário (3).

Enquanto se encontravam em Tolosa os três jovens, um deles, João Pinheiro, que então atingira a maioridade, entrou na vida religiosa, professando na Ordem de S. Domingos. É provável que então se tenha posto, aos outros dois, o problema da vocação. Eles, porém, seguiram caminho diferente. Do irmão Miguel Cabedo já sabemos que se manteve sempre na vida civil. De Diogo Mendes de Vasconcelos veremos que abraçou o estado sacerdotal.

(1) Na descrição do programa do Colégio de Guiana, seguimos quase à letra o resumo apresentado pelo Prof. Álvaro da Costa Pimpão, na sua *História da Literatura Portuguesa*, II, p. 35.

(2) *Vita*, n.º 15.

(3) *Vita*, n.º 16.

O Sul da França estava nessa altura a ser cobiçado pelo Imperador Carlos V que queria engrandecer cada vez mais os seus domínios e restabelecer o antigo Império. Rumores de guerra se aproximavam. Então, D. Gonçalo Pinheiro, em Maio de 1542, chama Diogo e Miguel para Baiona — João ficara em Tolosa como dominicano que já era — e parte com eles para fora da zona de litígio. Por ordem do Rei de Portugal estabeleceu-se em São Sebastião, na Cantábria, onde esteve durante três meses, exercendo, como já fizera em Baiona muitas vezes, o múnus episcopal de crismar, conferir ordens, etc.. Entretanto, o seu título episcopal tinha sido modificado, pois fora antes transferido da Sé de Safim para a de Tânger.

Então, D. João III dá-lhe ordem de regressar a Portugal. Vinham já em Medina do Campo quando nova missiva do Rei o encarrega de cargo mais grave e honroso: — D. Gonçalo Pinheiro deveria dirigir-se a Paris para ser «legado e *orator*» do monarca português na corte de Francisco I (1).

Surge então um pequeno problema de família. Deverão os sobrinhos voltar com o tio para França e aí continuar os seus estudos? Não seria melhor fazê-los seguir para Portugal e atender os pedidos insistentes da irmã, D. Teresa Pinheiro, que desejava ver os filhos e o sobrinho? Para mais, o curso de Direito podiam continuá-lo em Coimbra. Foi esta última alternativa que venceu. Diogo Mendes de Vasconcelos e Miguel Cabedo vêm para Portugal e chegam a Setúbal a 18 de Dezembro de 1542. O Bispo de Tânger segue para Paris, donde só regressará em 1548 (2).

Não se demoraram muito na princesa do Sado os dois primos. Em Março seguinte (1543), davam entrada em Coimbra para continuar o curso de Direito. Aí ouviram as lições de Direito Canónico do cantábrico Martinho Azpilcueta e de Direito Civil de António Soares Lisbonense (3).

Coimbra vivia então, desde 1537, a alegria de ter de novo os estudos universitários. Porém, desde 1538, o Reitor da Universidade só possuía

(1) Cf. *Vita*, n.ºs 17, 18 e 19; e *Vita Gondisalui*, A2, 2.ª parte.

(2) Cf. *Vita*, n.º 19 e 20; e *Vita Gondisalui*, A2, 2.ª parte, B.

(3) Cf. *Vita*, n.º 20. Procurámos confirmar a informação sobre os estudos em Coimbra, consultando o livro de registo de *Autos e Graus* da Universidade de Coimbra, referente a essa época. Infelizmente o registo das matrículas nos anos de 1543 a 1545 não se encontra lá. Inútil procurar entre os graduados, visto que Diogo Mendes de Vasconcelos não recebeu graus nesta Universidade, mas sim em Paris.

jurisdição sobre as Faculdades de Cânones e Leis — precisamente as que frequentavam Diogo e Miguel. As Faculdades de Teologia, Medicina e Artes estavam dependentes do Prior do Mosteiro de Santa Cruz. Foi, sem dúvida, vitória sentida pelos estudantes que atravessavam a «porta férrea» quando, em Outubro de 1544, todas as Faculdades passaram a estar sob a jurisdição do Reitor (1).

Passados dois anos lectivos e meio em Coimbra, outra vez uma carta de D. Gonçalo Pinheiro chama os sobrinhos para junto de si. Em Junho de 1545 partiam para França. Os complementos do curso tiraram-nos primeiro em Orleães, em cuja Universidade gozaram da amizade do lente flamengo Jacob Pamélio, e depois em Paris, onde ouviram as lições de Direito Canónico de Pedro Rebuffo (2). Foi durante estes anos que decorreu a primeira fase do Concílio de Trento, aberto por Paulo III para resolver a crise por que a Cristandade passava. As sessões abriram a 13 de Dezembro de 1545, mas tiveram que ser suspensas a 11 de Março de 1547.

A missão de D. Gonçalo em França terminou em Junho de 1548. Com os novos doutores fez viagem por Baiona e ao chegarem a Portugal, à região de Entre Douro e Minho, aí se demoraram o resto do Verão, pois o Bispo de Tânger quis visitar as igrejas cujos rendimentos o Rei lhe atribuíra. Por isso, só em Outubro chegaram a Lisboa e se apresentaram ao Rei (3).

A partir desta data não vemos mais unidos Diogo e Miguel. Os anos de longa convivência cimentaram neles uma profunda amizade. Eis como Diogo Mendes de Vasconcelos, aos 68 anos de idade (1591), ainda se refere ao primo que falecera em 1577: «Eu amei-o com amor fraterno e desde a adolescência sempre o tive como companheiro e participante de todas as minhas resoluções e estudos» (4).

De D. Gonçalo Pinheiro sabemos que depois de chegar a Lisboa foi nomeado Conselheiro Real e na Corte conquistou as simpatias de todos, até que, tendo sido transferido da Sé de Tânger para a de Viseu, em 1553, com 63 anos de idade, foi para a sua cidade episcopal (5).

(1) Cf. Álvaro da Costa Pimpão, *História da Literatura Portuguesa*, II, p. 31.

(2) Cf. *Vita*, n.ºs 21 e 22.

(3) Cf. *Vita*, n.º 23 e *Vita Gondisalui*, B.

(4) *Vita*, n.º 4.

(5) *Vita Gondisalui*, B v.

Quanto ao Dr. Diogo Mendes de Vasconcelos, só passados três anos o vemos a caminho do Concílio de Trento. É de supor que ficasse em Lisboa, junto de seu tio e do Rei, pois que este o encarregou de uma missão de confiança, reveladora do apreço em que tinha a sua ciência.

Não queremos terminar a referência à formação científica de Diogo Mendes de Vasconcelos sem fazer outra observação. Na sua autobiografia não há qualquer elemento sobre a data em que recebeu a ordenação sacerdotal. Temos, porém, por certo que, quando se dirigiu para Trento, era já Presbítero. Quando terminou os seus estudos em França, em Junho de 1548, acabava de completar 25 anos. É muito provável que, ou em França ainda ou já em Portugal, o tio ou o Ordinário da Diocese lhe tenha conferido as Ordens e que tenha ficado na Corte como Capelão de D. Gonçalo ou de D. João III.

Hoje mal se compreenderia a autobiografia de um sacerdote sem uma referência ao dia em que amorosamente consagrou a sua vida ao serviço de Deus e lhe foi concedido o poder de oferecer o Sacrifício Eucarístico. Essa data não foi assinalada pelo Dr. Diogo Mendes de Vasconcelos. Todavia, numa das suas poesias, em que descreve a partida de Évora, em 1577, para ser ouvido por D. Sebastião sobre o projecto da campanha de Marrocos, há palavras que aludem ao seu Sacerdócio (1). Saudando a cidade eborense, diz que há vinte e um anos que ali foi recebido «para ser contado entre os participantes do culto» — *inter mystas* — e «como sacerdote foi admitido a entrar nos templos para celebrar nos altares de Deus os ritos sagrados». Esta rápida alusão aos actos sacerdotais, bem como outras referentes a Deus e aos Santos, permitem-nos considerar o P.^e Diogo Mendes de Vasconcelos como ministro do altar verdadeiramente piedoso.

A IDA AO CONCILIO DE TRENTO

Logo que Júlio III (1550-1555) subiu ao trono pontifício, a sua primeira preocupação foi continuar as sessões interrompidas em Trento. As circunstâncias políticas eram, porém, difíceis e poucos membros assistiram à reabertura, em 1 de Maio de 1551.

Dos Bispos residenciais portugueses só D. João de Melo e Castro tomou parte nesta fase do Concílio, tendo usado da palavra na décima

(1) Cf. *Obra Poética*, II, 72-75.

quinta sessão, realizada em 25 de Janeiro de 1552, sobre o Decreto da reforma (1).

Nas sessões anteriores a matéria dogmática tratada fora sobre os Sacramentos, especialmente a Eucaristia e a Penitência.

D. João III também não se apressou a mandar os seus representantes. Só em 29 de Setembro de 1551 nomeia seus embaixadores o nobre D. Diogo da Silva e os Drs. Diogo de Gouveia e João Pais. Com eles vão também D. Tomás de Noronha, sobrinho do primeiro embaixador, e o Dr. Diogo Mendes de Vasconcelos. O facto de este «não ser citado nas credenciais resulta, talvez, de não ser mandado como embaixador, mas ou como secretário da embaixada ou só como doutor canonista, diz Pereira de Figueiredo» (2).

Iniciada a viagem, foram obrigados a passar o Inverno, em parte em Espanha, nos Pirenéus, e em parte nos Alpes, tendo entrado em França a 9 de Janeiro de 1552. A chegada a Trento só se verificou a 5 de Março (3).

A apresentação de credenciais só se fez no dia 19 e logo surgiu uma questão com os legados da Hungria sobre os lugares a ocupar. Os portugueses defendiam os seus direitos, mas as opiniões eram mais favoráveis à Hungria. Por fim, acordou-se em que «os portugueses ficariam em frente dos embaixadores do Império e os outros do lado esquerdo, junto do Embaixador do César» (4).

O ambiente do Concílio revestia-se então de uma novidade : — pela primeira vez se apresentaram na sessão de Janeiro representantes dos protestantes. Apesar de a sua atitude não ser muito cordial, os conciliares pediram um salvo-conduto ainda mais vasto para que outros mais pudessem vir com plena confiança.

As circunstâncias políticas agravaram-se, pois que Henrique II de França e o eleitor luterano da Saxónia, Maurício, se revoltaram contra Carlos V e invadiram o Império, o primeiro pelo Reno, o segundo pelo Tirol. A região de Trento estava, portanto, em pé de guerra. As

(1) Mons. José de Castro, *Os Portugueses em Trento*, in *Lumen*, Set.-Out. de 1961, p. 743. Narrativa mais desenvolvida sobre a presença dos portugueses nesta fase do Concílio se encontra em *Portugal no Concílio de Trento*, pelo P. José de Castro, III, Lisboa, 1944, pp. 159-186.

(2) Padre Albano da Costa Pinto, *Diogo de Vasconcelos em Trento*, na *Lumen*, Nov. de 1945, p. 650.

(3) *Vita*, n.º 25; Mons. José de Castro, / . c.

(4) Mons. José de Castro, / . c.

sessões não puderam continuar e o Concílio interrompeu-se em 26 de Abril (1).

Nestas condições, a embaixada portuguesa, tendo estado pouco mais de um mês em Trento e em período de escassa actividade doutrinal e disciplinar, não teve ocasião de intervir e manifestar os nossos valores.

Abandonada a cidade conciliar, aproveitaram os portugueses a ocasião para visitar algumas cidades da Itália. Primeiro estiveram em Veneza que admiraram como «a mais bela cidade de toda a Europa» e depois passaram por Pavia, onde lhes morreu um dos embaixadores, o Dr. João Pais.

Em Verona foram hóspedes do Bispo Coadjutor D. Luís Lippomano que alguns anos antes fora Núncio do Papa em Lisboa. Passado o Verão, D. Diogo da Silva e o Dr. Diogo de Gouveia regressaram a Portugal, enquanto o P.^e Dr. Mendes de Vasconcelos resolveu seguir viagem para Roma. Seguiu pela Via Emilia e passou por Ferrara, Ravena, Arimino e Urbino, para chegar a Roma a 13 de Setembro (de 1552) (2).

Durante quatro anos exactos Diogo Mendes de Vasconcelos permaneceu em Roma. Qual a sua função ? Na sua autobiografia apenas diz que durante o pontificado de Júlio III, até 1555, Roma vivia em paz e prosperidade e que aí conviveu com muitos homens de valor, pela nobreza, pela ciência e pela virtude. Indica também o nome de todos os Cardeais que então viviam em Roma, entre os quais se encontrava o português D. Miguel da Silva (3).

Sabemos, porém, através da lista completa dos representantes de Portugal junto da Santa Sé, elaborada por Mons. José de Castro, que no ano de 1555 Diogo Mendes de Vasconcelos desempenhou as funções de agente diplomático (4). As suas relações com a Corte portuguesa estão documentadas através de uma carta a D. João III, escrita no próprio dia da morte do Papa Júlio III, a 23 de Março de 1555, contando os últimos instantes de vida do Sumo Pontífice (5).

(1) Para o funcionamento da segunda fase do Concílio bastou-nos o resumo de L. Marion, *Histoire de l'Église*, III, pp. 432-434, edição de 1932. Todavia, Mons. José de Castro, em *Portugal no Concílio de Trento*, III, refere-se também largamente a estes acontecimentos.

(2) *Vita*, n.ºs 26, 27 e 28.

(3) *Vita*, n.ºs 29 e 30.

(4) P. José de Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, III, p. 481.

(5) *Ibid.*, pp.239-240.

Ainda outro elemento biográfico se pode descortinar nesta época. Entre as obras atribuídas a Diogo Mendes de Vasconcelos encontra-se uma *Oratio funebris in obitu Principis 10annis, Romae habita* (1). Ora do Arquivo Secreto do Vaticano consta que no dia 16 de Março de 1554 foram celebradas solenes exéquias na Igreja de Santa Maria del Popolo, por alma do filho de D. João III, o Príncipe D. João, falecido a 11 de Janeiro anterior, e que nessa cerimónia um padre da nação portuguesa proferiu uma oração fúnebre. Somos, pois, levados a crer, embora não conheçamos o sermão então pregado, que o orador foi Diogo Mendes de Vasconcelos (2).

Afigura-se-nos legítimo concluir que de Trento, onde seria conselheiro dos nossos embaixadores, o Dr. Mendes de Vasconcelos foi para Roma para desempenhar as funções de consultor jurídico do embaixador permanente, D. Afonso de Lencastre.

Ao Papa Júlio III sucede, em 9 de Abril de 1555, Marcelo II que antes de um mês expira também. E logo a 23 de Maio é Paulo IV que se senta na Cadeira de Pedro. Esta eleição desencadeou tumultos em Roma. O ambiente de paz desaparecera. A Diogo Mendes de Vasconcelos não lhe agradava viver assim na cidade dos Papas. Resolve então regressar a Portugal e pouco depois parte de Roma, a 23 de Setembro de 1556, com D. Dinis de Lencastre, filho do embaixador de Portugal junto da Santa Sé, D. Afonso de Lencastre (3).

Em Sena hospedaram-se em casa do Marquês de Sarria, tio paterno de D. Dinis de Lencastre, e depois separaram-se. O filho do Embaixador seguiu para o Norte e Diogo Mendes continuou viagem por Florença, Pisa e Génova. Aqui toma um barco, capitaneado por João de Mendonça, que o leva a Barcelona, onde chega no fim de Outubro. Depois atravessa a Espanha, passando pelas regiões dos antigos Celtiberos e Vaceus, por Valhadolid, por Medina e Salamanca e entra pela fronteira de Cidade Rodrigo.

Uma vez em Portugal, dirige-se primeiro para Viseu, a fim de visitar o tio D. Gonçalo Pinheiro que, como vimos, lá se encontrava desde 1553. Durante dois meses permaneceu na capital da Beita Alta. O ano de 1556 expirara.

- (1) Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, I, p. 660 (Lisboa, 1930).
- (2) P.^o José de Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, III, p. 228-230.
- (3) Cf. *Vita*, n.^{os} 32 e 33.

O seu objectivo era ir para Évora, para tomar posse do canonicato a que o tio renunciara e que, em Roma, conseguira lhe fosse concedido. Antes, porém, vai a Lisboa cumprimentar o Rei D. João III, a quem dá conta dos acontecimentos que ocasionaram a sua saída de Roma. Tendo comunicado ao Monarca — que o recebeu carinhosamente — que obtivera um benefício canonical na Sé de Évora, D. João III congratula-se com ele e promete-lhe a sua protecção (1).

Só agora, no princípio de 1557, o Dr. Diogo Mendes de Vasconcelos dá por terminada perante o Rei a sua missão ao estrangeiro.

PERMANÊNCIA EM ÉVORA

O CANONICATO

Com 34 anos, volta Diogo Mendes de Vasconcelos a Évora, cidade onde vivera dos doze aos catorze anos, e onde começara os seus estudos. A terra foi-lhe sempre querida. Na autobiografia chama-lhe «cidade-mãe da minha infância e minha segunda pátria» e diz que é com justa razão que Évora beneficia dos seus estudos e trabalhos, «em troca dos favores da primeira educação» (2).

O opúsculo sobre o *Município Eborense* é todo ele um hino a Évora. Eis a sua última frase: «Resta agora, em satisfação do singular amor que tenho aos eborenses, cerrar este pedaço de escritura com devotas e astrosas orações, pedindo a Nosso Senhor Deus Ótimo Máximo e à Rainha do Céu e a todos os Santos, em cuja guarda e encomenda está esta cidade que a guardem para sempre sã e salva e no esforço, justiça e limpeza de costumes, e de todas as mais coisas mui viçosa e florida» (3).

(1) Cf. *Vita*, n.ºs 34, 35, 36, 37 e 38.

(2) *Vita*, n.º 39.

(3) Tradução de Bento José de Sousa Farinha, na *Colecção das Antiguidades de Évora*, 1785, p. 111. Entremos já em contacto com o latim de Diogo Mendes de Vasconcelos. A prosa dos opúsculos, embora seja corrente, tem passagens escritas com certo esmero. Preferimos a tradução de Bento José Farinha porque, apesar de se encontrar a meio da etapa cronológica entre Vasconcelos e nós, mantém um

Na poesia escrita em 1577, antes de partir para Lisboa, dedica a Évora 95 versos, exaltando a sua antiguidade, as suas glórias e a tranquilidade com que nela lhe é dado viver. Noutras ocasiões aproveita a oportunidade para cantar a metrópole alentejana, louvando-lhe a fertilidade dos campos e amenidade do clima (1).

Foi nesta cidade amada que em Março de 1557 o P.^e Diogo Mendes de Vasconcelos se apresentou para tomar posse do seu canonicato. Era então Arcebispo-Metropolitano o Cardeal D. Henrique, que depois foi Rei (2).

O Arquivo do Cabido de Évora não guarda o auto da tomada de posse do Cónego Dr. Vasconcelos. Dele, apenas encontrámos lá duas assinaturas autógrafas, apostas em duas relações em que o Deão dá ordem de serem pagas aos membros do Cabido as suas prebendas, referentes aos anos de 1596 e 1597. A seu tempo lhes faremos mais desenvolvida menção.

Nos Cabidos nem todos os lugares têm a mesma importância. Mesmo entre os Cónegos Capitulares, há alguns que estão investidos em Dignidades, como o Deão e o Chantre, e outros desempenham cargos próprios do Cabido (3). Não sabemos se logo de início o Cónego Diogo Mendes de Vasconcelos recebeu algum cargo ou dignidade. É, porém, certo que nos últimos anos era o Cónego Teólogo (também designado por Douceiro), pois assim no-lo indicam a carta escrita por Pedro de Mariz e a inscrição funerária, como adiante referiremos.

Évora atravessava, então, um período de esplendor. Em 1540 fora

sabor arcaico que nos lembra velhos tempos. Eis o latim da frase final: «*Libet autem pro meo erga Eborenses amore singulari, hanc orationis partem, faustis piisque precationibus claudere, Deum optimum maximum, et caeli Reginam, omnesque Deos, sub quorum numine, et tutela haec urbs est, orando ut eam in perpetuum saluam et incolumem, uirtute, iustitia, morum disciplina, rebusque omnibus florentem conseruent.*»

(1) Cf. *Obra Poética*, II, V, X e XXVIII.

(2) *Vita*, n.º 39.

(3) O *Código do Direito Canónico*, actualmente em vigor, diz no canon 393, § 1, que «em todas as igrejas capitulares deve haver dignidades e cónegos, entre os quais se distribuirão os diversos officios». O comentarista Félix M. Cappello na sua obra *Summa Iuris Canonici*, I, Roma 1945, diz (p. 374): «Os principais officios são dois: o de teólogo e o de penitenciário. Em algumas partes também o teólogo e o penitenciário podem ser dignidades.»

a sua Diocese elevada a Arcebispado e confiada ao Infante D. Henrique que a governou pela primeira vez até 1564. O Cardeal-Arcebispo procurou prestigiar a sua cidade. Fundou em 1554 o Colégio do Espírito Santo que entregou à Companhia de Jesus, à qual confiou também em 1559 a recém-fundada Universidade.

Na sua obra *De Municipio Eborensi*, que escreveu para ser o *Livro V das Antiguidades de Portugal*, Diogo Mendes de Vasconcelos refere-se, quase no fim, à Universidade de Évora, «donde, diz, veio grande proveito e luzimento não só a esta cidade, mas aos mais lugares vizinhos e a Portugal todo» (1).

Entre os Padres jesuítas que ensinaram em Évora nesta altura, conta-se Manuel Álvares, autor da célebre *Gramática* que por mais de 150 anos foi adoptada em quase toda a Europa e cujas edições começaram a aparecer em Veneza, em 1570, e em Lisboa, em 1572.

Outra obra do Cardeal D. Henrique, no plano do ensino, foi a fundação de um Colégio, em 1562, para a formação do Clero secular, em 1579 transformado em Seminário Diocesano, com magnífico edifício.

Na vida da Igreja em geral, o acontecimento mais importante foi a terceira e última fase do Concílio de Trento, aberta em Janeiro de 1562 e encerrada em Dezembro de 1563. O Cónego Dr. Vasconcelos não podia deixar de seguir com interesse as notícias da actividade do Concílio, não só por ser formado em Direito, mas também porque via nele a continuação de uma actividade a que em 1552 tencionava dedicar-se.

Também D. Gonçalo Pinheiro, tio de Diogo Mendes de Vasconcelos, então Bispo de Viseu, foi convidado para tomar parte nos sessões conciliares. Encontrava-se, porém, já carregado de anos e de enfermidades e mandou como seu representante o sobrinho Frei João Pinheiro que, como vimos, em Tolosa se fizera dominicano. Depois Frei João graduou-se em Paris, veio para Portugal e chegou a Catedrático de Teologia na Universidade de Coimbra, «onde era conhecido pela antonomásia de pai da língua latina». Não foi feliz a partida do primo do Cónego Vasconcelos, pois que, tendo adoecido, veio a falecer em

(1) Cf. Bento José de Sousa Farinha, *Colecção das Antiguidades de Évora*, 1785, p. 104.

Roma, em casa do embaixador Lourenço Pires de Távora(1). Tinha apenas 39 anos de idade. Em 1567 era o tio D. Gonçalo que lhe falecia (2).

INQUISIDOR DA FÉ

Durante os primeiros anos que passara em Évora como Cónego, logo o Dr. Mendes de Vasconcelos se impôs pela sua ciência e virtude. Só assim se explica que em 1563, apenas com quarenta anos de idade, fosse nomeado Inquisidor da Fé pelo Cardeal D. Henrique, cargo que desempenhou durante dez anos (3) e de que tomou posse, segundo Diogo Barbosa Machado, a 1 de Outubro de 1564(4).

Os Inquisidores, em Évora, eram apenas dois de cada vez. Enquanto o Cónego Vasconcelos se manteve no cargo, foram-lhe dados sucessivamente quatro colegas e por vezes ainda houve intervalos em que desempenhou sozinho tão alta função.

Segundo o próprio testemunho, sempre se deu bem com os outros Inquisidores, vivendo com eles em «grande harmonia» e aos quais teve «grande afeição». Foram eles os Drs. António de Castro, Pedro Álvares Paredes, Fr. Manuel Veiga, dominicano, e Jerónimo de Sousa (5).

Os processos da Inquisição de Évora encontram-se actualmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Como é sabido, dos inúmeros processos organizados pela Inquisição poucos são os que

(1) Mons. José de Castro, *Os portugueses em Trento*, in *Lumen*, Set.-Out., 1961, p. 757. A vida de Fr. João Pinheiro pode ler-se também no *Hagiolégio Lusitano dos Santos e Varões ilustres em virtudes do reino de Portugal e suas Conquistas*, por Jorge Cardoso (II, Lisboa, 1657, p. 18). Aqui se diz que, ao morrer, Fr. João Pinheiro não tinha na sua bagagem mais «que o Breviário, duas túnicas de lã muito grosseira, dois cilícios gastos do uso e dois pares de disciplinas ensanguentadas, que bem mostravam no trato, não andarem ociosas com seu dono».

No comentário que ao texto da biografia se faz a seguir, na p. 24, indicam-se como fontes históricas, «Diogo Mendes de Vasconcelos, seu consanguíneo, na vida que de si nos deixou» (Roma, 1597); Fr. Luís de Sousa na 2.^a parte da *Crónica da Província Dominicana Portuguesa*, 1. 4, cap. 6; e Fr. João Lopes, na 3.^a parte das *Gerais*, 1. 2, cap. 37.

(2) Cf. *Vita*, n.º 17 e *Vita Gondisalui*, B2v.

(3) Cf. *Vita*, n.º 42.

(4) Cf. *Biblioteca Lusitana*, I, p. 659.

(5) Cf. *Vita*, n.ºs 43, 44, 45, 46, 47 e 48.

foram devidamente estudados. Se o nosso objectivo principal não fosse estudar a obra poética de Diogo Mendes de Vasconcelos, para o que esta reconstituição biográfica é apenas estudo preliminar, não hesitaríamos em buscar os processos sobre os quais teve de proferir a sua sentença. Para o fazermos agora, desviar-nos-íamos muito do nosso objectivo. Para mais, pudemos consultar outros documentos autógrafos que, quanto a nós, documentam, com mais segurança, a erudição jurídica e até o carácter do Cónego Dr. Diogo Mendes de Vasconcelos.

O modo como se desempenhou do cargo, impô-lo à consideração de todos. Fatigado de tão espinhosa missão, várias vezes pediu ao Rei que lhe desse um substituto. Esta insistência só foi atendida após dez anos de exercício e, ainda assim, com a condição de continuar a trabalhar, sempre que pudesse, no tribunal, com o título de Assessor. A estima do Monarca manifesta-se também no facto de ter sido dada ordem de ao Cónego Vasconcelos se continuar a pagar a mesma quantia que recebia quando era Inquisidor.

A função oficial de Inquisidor da Fé terminou em 1573, mas o Dr. Mendes de Vasconcelos continuou a auxiliar no tribunal enquanto pôde, livre e espontaneamente (1).

«Quanto à perfeição, dedicação, diligência e integridade com que desempenhei o meu cargo — diz na sua autobiografia — é preferível ater-se ao juízo alheio do que estar eu aqui a recordá-lo» (2). Pedro de Mariz, na carta que lhe dirigiu em 1599, a mais de 25 anos de cessação do cargo de Inquisidor, ainda o saúda como «um dos mais acérrimos lutadores contra maldade herética» (3).

Há um pequeno pormenor, ocorrido durante os últimos anos da vida oficial de Diogo Mendes que vale a pena recordar. Em meados de 1571, o Papa Pio V mandou a Espanha e Portugal o Cardeal Alexandrino, seu sobrinho, com o fim de conseguir que D. Sebastião entrasse para uma liga de príncipes cristãos, que se opusesse ao perigo turco no Mediterrâneo. O Legado trazia na sua comitiva, entre muitos outros, o Geral da Companhia de Jesus, S. Francisco de Borja, e Monsenhor Mateus Contarelli. Chegaram a Lisboa a 3 de Dezembro de 1571 (4).

(1) Cf. F/ta, n.ºs 49, 50 e 51.

(2) *Vita*, n.º 52.

(3) Pedro de Mariz, *Diálogos de Vária História*, Coimbra, + 4º verso 1598,

(4) Para vários elementos da política geral portuguesa desta época, servimo-nos da *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, edição de Barcelos. O vol. que nos interessa é o V (1943), em que a *História Política* é da autoria de Queirós

Na passagem por Évora, Mons. Contarelli ficou hospedado em casa do Cónego Vasconcelos, o qual nesse dia convidou também para a mesa o Rev. Dr. André de Resende. Na refeição, André de Resende recitou uma pequena poesia em honra de Contarelli e Vasconcelos. Esta amizade manteve-se, como veremos quando Mateus Contarelli for nomeado Cardeal (1).

RELAÇÕES COM AS CORTES DA EUROPA

É precisamente a partir do termo das funções oficiais que Diogo Mendes de Vasconcelos se dedica à sua obra literária. A mais antiga poesia datada é de 1575. É um louvor à cidade de Lisboa, que saúda como urbe cosmopolita. Nela evoca também seu primo e cunhado Dr. Miguel Cabedo que era então Conselheiro Régio (2). Também a partir de então são mais frequentes as suas relações com vários Príncipes.

A estima em que o tinha D. Sebastião compreende-se facilmente. A posição que ocupava em Évora, as suas relações com pessoas da intimidade do Rei explicam-nas bem. Num apógrafo existente na Torre do Tombo, em que se contêm cartas endereçadas a D. Lourenço Pires de Távora que foi grande diplomata em várias Cortes da Europa, entre as quais a do Vaticano (3) e governador de Tânger em 1564, há uma carta que lhe foi dirigida por Diogo Mendes de Vasconcelos, em 22 de Janeiro de 1573.

É curioso notar a série de assuntos que o Inquisidor da Fé trata com o fidalgo. Começa por falar da viagem que D. Sebastião, depois de uma estadia de três meses em Évora, estava fazendo pelo Sul do Alentejo

Veloso. Os factos acabados de referir encontram-se descritos na p. 68. O trabalho de Queirós Veloso foi depois publicado em volume à parte, intitulado *D. Sebastião* (Lisboa, 1945). O interesse deste volume consiste sobretudo em possuir notas que indicam as fontes de consulta.

(1) Cf. *Vita L. Andreae Resendii*, auctore Iacobo Menoetio Vasconcello, no *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Eborae, 1593. Utilizámos a tradução de Bento José de Sousa Farinha, na *Colecção das Antiguidades de Évora*, 1785, onde este facto vem contado nas pp. 20-21.

(2) Cf. *Obra Poética*, I.

(3) Elementos completos sobre a vida de Lourenço Pires de Távora e sua acção em Roma são-nos fornecidos por Mons. José de Castro, em *Portugal no Concílio de Trento*, III, pp. 292 e segs.

OBRA POÉTICA DE DIOGO MENDES DE VASCONCELOS 23

e Algarve; refere-se depois ao filho Cristóvão de Távora, a notícias vindas de Roma sobre a Cúria e a saúde do Papa e a várias outras questões particulares. O estilo desta missiva é muito conciso. O penúltimo assunto tratado não é inteiramente claro para nós. O Cónego Vasconcelos fala a D. Lourenço em «usar para o negocio da pensão de cartas comendaticias da Rainha para El-Rei e para o Cardeal». Não sabemos com certeza de que pensão se trata, mas suspeitamos que será em favor do próprio Cónego Diogo Mendes de Vasconcelos, pois este diz logo a seguir que «será muito grande mercê para mim *haver-mas* por via de D. João Borja ou por quem parecer a Vossa Mercê melhor» (1). A ser verdadeira a nossa suspeita, a informação relativa à magnanimidade de D. Sebastião, por ocasião da saída de Vasconcelos do cargo de Inquisidor, perde um pouco do seu valor. O ambiente estava preparado pelos íntimos do Rei e o próprio Cónego Vasconcelos ter-se-ia esforçado para que não o deixassem de mãos vazias. Esta atitude não nos deve, porém, surpreender. Procuravam-se, então, tenças pelos serviços prestados ao Reino como hoje se não perde ocasião de obter uma reforma pelos anos de serviço público.

Cristóvão de Távora, filho de D. Lourenço Pires de Távora, era justamente um dos jovens que obtivera as boas graças de D. Sebastião e influíam no seu ânimo. A partir de Dezembro de 1575 passou a desempenhar o cargo de Estribeiro-Mor e a ter grande preponderância na Corte. Note-se que ele é uma das pessoas que Diogo Mendes de Vasconcelos indica entre as que insistiam de vez em quando para que deixasse Évora e fosse para Lisboa.

Não admira pois, que, quando em 1577 D. Sebastião fazia consultas para saber se devia ou não empreender a campanha de África, embora tivesse já uma opinião formada e desejasse apenas que os conselheiros se pronunciassem a favor, se lembrasse também de chamar à Corte o Cónego Dr. Mendes de Vasconcelos.

Foi nesta altura que escreveu a primeira parte da composição *Sobre a sua partida de Évora* em que se despede desta cidade e lembra as vantagens que ela lhe concedia, bem como a relutância que sentia em se afastar para Lisboa. O Rei ouviu-o e comunicou-lhe a sua decisão de, apesar dos pareceres contrários, partir para Marrocos.

(1) Cf. no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Manuscritos* (cota 1 110, fis. 95^oP.º 2).

Então Diogo Mendes de Vasconcelos aconselha-o a que ao menos vá bem armado e prepare um forte exército (1).

Não se contentava, porém, D. Sebastião com este conselho ocasional. Queria o antigo Inquisidor de Évora sempre junto de si e propôs-lhe diversos lugares. Perante várias recusas, o Monarca disse levar a mal tal atitude e, por fim, foi imaginado um cargo superior que Diogo Mendes de Vasconcelos passaria a ocupar na Corte. Qual fosse a natureza deste cargo não o sabemos concretamente. No *Comentário à Obra Poética*, II, apresentaremos, porém, os indícios que nos levam a supor que se tratava de fazer do Cónego Vasconcelos o cantor latino dos feitos de D. Sebastião.

Os acontecimentos posteriores contrariaram estes projectos e o Cónego Mendes de Vasconcelos voltou a retomar em Évora a sua vida normal, então quase totalmente dedicada ao estudo e revisão das *Antiguidades de Portugal*, de André de Resende (2).

O Reino ia atravessar uma das suas mais violentas crises. Após o desastre de Alcácer Quibir (4 de Agosto de 1578) o Cardeal D. Henrique retoma as rédeas do governo, agora como Rei. O estado de espírito que a derrota militar causou a Diogo Mendes de Vasconcelos pode avaliar-se pelo final da poesia *Sobre a sua partida de Évora*, repassado de um melancólico tom de triste resignação.

O mesmo eco ressoa numa poesia dedicada neste mesmo ano de 1578 a Carlos Manuel, Príncipe de Sabóia: «Ai! Os fados cruéis roubaram-nos D. Sebastião, honra e protector da minha musa» (3).

O Cardeal-Rei que, sem dúvida, admirava a erudição de Diogo Mendes de Vasconcelos desde o tempo em que fora Arcebispo de Évora (de 1540 a 1564 e pela segunda vez de 1574 a 1578), confiava-lhe agora um trabalho de responsabilidade. André de Resende, que durante 50 anos coligira material epigráfico para escrever uma história das Antiguidades de Portugal, morrera em 1575 deixando apenas um esboço de quatro dos dez livros que tencionava redigir. O Cardeal D. Henrique mandou então que o trabalho de Resende fosse aperfeiçoado e acabado por Diogo Mendes de Vasconcelos, segundo este declara em carta dirigida ao Monarca em 15 de Janeiro de 1580. Nesta data os quatro

(1) Cf. *Obra Poética*, II.

(2) Cf. *Vita*, n.ºs 53 e 54.

(3) Cf. *Obra Poética*, III,5-6.

livros de Resende estavam já emendados e prontos para o prelo. Bastava apenas que fosse dada ordem para o erário público custear a edição (1).

É provável que o Cardeal já não tenha lido esta carta, pois que a 31 de mesmo mês deixava este mundo. O Reino ficou mergulhado em grande perturbação. Durante todo o ano anterior já os pretendentes ao trono moviam as suas influências. O ano de 1580 foi todo ele de inquietação nacional.

Também para o Cónego Vasconcelos o ano de 1580 não foi feliz. A sua saúde tinha até ali sido robusta. O clima do Alentejo parecia ser-lhe favorável (2). Nesse ano grassa, porém, em Évora, uma peste violenta. Ruas inteiras ficavam ermas e desabitadas, afirmando-se que morreram, só na cidade, vinte e cinco mil pessoas. Nesta aflicção pública muito se distinguiu o zelo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, que tratava pessoalmente os doentes e se desfêz dos seus haveres para socorrer os necessitados (3).

Ao sentir o perigo do contágio, o Cónego Mendes de Vasconcelos abandona a cidade, em Maio, e refugia-se na Quinta da Silveira, situada em pleno campo, a uns oito quilómetros de Évora. Mas nem aí escapou à gravidade do mal e, em Agosto, esteve prestes a morrer (4).

Durou algum tempo a convalescença nesta aprazível casa de campo, rodeada de oliveiras e sobreiros — o arvoredado típico da planície alente-

(1) Cf. *De Antiquitatibus Lusitaniae*, 1593, B-B2

(2) Cf. *Vita*, n.ºs 40 e 41.

(3) Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, tomo III, parte II, pp. 483-484, Coimbra, 1917.

(4) Cf. *Vita*, n.º 55. Visitámos a Quinta da Silveira, que actualmente é propriedade da Sr.^a D. Miquelina Augusta Sales. A casa ainda tem restos do antigo esplendor. Além duma porta com arco em estilo românico de transição, vê-se que a cavaliária actual está situada em parte da antiga capela. No que seria a capela-mor ainda é visível o artesoadado dos arcos que sustentam a abóboda e, após a entrada, sobre a porta da direita, há pedra lavrada em estilo manuelino.

No *Património Artístico do Concelho de Évora* (Évora, 1957, pp. 48-49), Túlio Espanca informa que «nos meados do século XIX, o proprietário de então, P.^e José de Melo, aumentou o edifício antigo com casas altas, sobradadas, e escadório em balaustrada de mármore e terraço, sacrificando-se na altura, ou estaria em ruínas, o edifício nobre, primitivo». Segundo o mesmo autor, a capela do «velho paço rural» era «dedicada aos Reis Magos».

A poucos metros da casa passa um pequeno ribeiro que a cerca de um quilómetro de distância entra no ribeiro do Louredo. Esta propriedade é a última das que nos arredores de Évora são conhecidas pelo nome de «quintas». Para além dela começam as «herdades».

jana. Foi propriedade dos Condes de Unhão e para ali dévia ir com frequência Diogo Mendes de Vasconcelos, pois no *Panegírico* que dedica ao Cardeal-Arquiduque Alberto, Governador de Portugal em nome de Filipe II, também se refere a esta quinta. Segundo ai diz, a poesia foi escrita no Verão, enquanto passava horas agradáveis «no verde regaço da Quinta da Silveira, atravessada pelo ribeiro do Louredo e protegida pela densa sombra das árvores» (1).

Durante este Verão de 1580 as terras de Portugal foram invadidas pelas tropas de Filipe II. A nobreza e o alto clero bandeavam-se cada vez mais com Castela. Em 5 de Dezembro o próprio Filipe II sente o ambiente preparado para entrar em Portugal. E passando em Eivas todo esse mês, ali começa a receber juramentos de fidelidade, inclusivamente o de D. João, Duque de Bragança, marido de D. Catarina, até ali também pretendente ao trono.

Por esta altura, certamente no fim do ano de 1580, Diogo Mendes de Vasconcelos, ainda bastante combalido, fez uma visita à sua terra natal. Alter do Chão, após longos anos de ausência. Esta visita à terra do seu nascimento inspirou-lhe uma das suas mais belas poesias, cheia de lirismo, de exultação, de evocações da infância, de louvor dos méritos de Alter, tanto antigos como recentes (2). A permanência em Alter deve ter-se prolongado por alguns meses, continuando o Cónego Vasconcelos em regime de convalescença. A saúde pública requeria também especiais cuidados, visto que a peste, que grassava havia quase um ano, não cessara ainda.

Entretanto, os acontecimentos políticos iam evoluindo. Filipe II só em 28 de Fevereiro de 1581 prossegue viagem. De Eivas parte para as Cortes de Tomar, passando por Campo Maior, Arronches, Portalegre, Crato, Alter do Chão, Ponte de Sor e Abrantes (3). Em Portalegre, como nos conta o P.^e Diogo Pereira de Sotto Maior, no seu *Tratado da Cidade de Portalegre*, a recepção foi triunfal, visto que o Bispo D. André de Noronha era inteiramente dedicado à causa de Filipe II (4).

Diogo Mendes de Vasconcelos ainda esteve para ir saudar o Rei de Espanha na sua passagem por Alter do Chão, mas encontrava-se

(1) Cf. *Obra Poética*, VI, 128-133.

(2) Cf. *Obra Poética*, IV

(3) Cf. *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, V, p. 237.

(4) Diogo Pereira de Sotto Maior, *Tratado da Cidade de Portalegre*, editado por Luís Keil, Eivas, 1919, pp. 12 e 24.

ainda tão adoentado, «consumido de magreza e palidez», que recebeu incomodar o Rei, não fosse julgar que a peste recrudescia de novo (1).

Filipe II foi aclamado nas Cortes de Tomar (16 de Abril de 1581) e depois estabeleceu-se em Lisboa, até princípios de 1583. A rebelião contra o Monarca espanhol continuava quase apenas entre o povo e o baixo clero, partidários de D. António, Prior do Crato. Nas camadas mais elevadas, a legitimidade do novo governo era já indiscutível.

Em Diogo Mendes de Vasconcelos continuava vivo o desejo de visitar Filipe II e por isso se deslocou propositadamente a Lisboa. O Rei, que tinha especial prudência para atrair as pessoas influentes, recebeu-o «com benignísimas palavras, graças à sua singular e verdadeiramente régia bondade» — diz o próprio Diogo Mendes, que continua proclamando a sua dedicação total à pessoa de Filipe II (2).

Esta posição política explica-se dentro do espírito da época e do ambiente que se respirava em Évora. Quando, em 11 de Fevereiro de 1583, Filipe II deixou Lisboa, de regresso a Madrid, a capital do Alentejo recebeu-o festivamente, e aí permaneceu durante cinco dias (de 21 a 25 de Fevereiro). O Rei deu audiências todos os dias, visitava as igrejas, assistia às Missas e vésperas privadas e solenes, foi recebido pelos mestres jesuítas com sessões em que se recitaram discursos e versos latinos (3).

Foi nesta altura que o Cónego Dr. Diogo Mendes de Vasconcelos compôs também um solene epigrama em honra de Filipe II, em que começa por lembrar os grandes benfeitores de Évora — Sertório, Júlio César, Geraldo Sem Pavor, D. Fernando e D. João III — para terminar numa hiperbólica expressão de júbilo, dizendo que Évora não teve nem terá jamais honra maior (4). E mais tarde, em 1592, Vasconcelos voltará a exprimir a sua dedicação ao mesmo Rei, dedicando-lhe o *De Antiquitatibus Lusitaniae* (5).

A sua fidelidade à Casa de Austria manifesta-se também por duas poesias que consagrou ao Cardeal-Arquiduque Alberto que entrara em Portugal com seu tio Filipe II e que desde Fevereiro de 1583 ficou como Vice-Rei de Portugal.

(1) Cf. *Vita*, n.º 56.

(2) Cf. *Vita*, 57.º.

(3) Cf. P.º José de Castro, *O Prior do Crato*, Lisboa, 1942, p. 301.

(4) Cf. *Obra Poética*, V.

(5) *De Antiquitatibus Lusitaniae*, 1593, A.

Foi neste mesmo ano que Diogo Mendes de Vasconcelos escreveu o *Panegírico* que louva a sua virtude, a sua ciência, o valor da sua família e lhe augura as maiores felicidades, entre as quais a tiara pontifícia (1).

O governo do Cardeal Alberto prolongou-se até 1593, e na sua passagem por Évora, por ocasião da despedida, Vasconcelos dedicou-lhe um inspirado epigrama, onde exalta a sua acção governativa e proclama felizes os povos que ele for orientar (2).

Das suas relações com os Príncipes da Igreja deve mencionar-se a estima em que o tinha o Cardeal Mateus Contarelli. Logo que teve notícia da sua elevação ao cardinalato, Diogo Mendes de Vasconcelos escreveu-lhe uma carta, datada de 29 de Setembro de 1581, em que o felicita pela nova dignidade alcançada e lhe lembra a ocasião em que teve a honra de o receber como hóspede. Mais ainda. Recorda-lhe que já nessa altura, apertando-lhe a mão, lhe preanunciara que um dia havia de subir a tão alta dignidade.

De facto, o novo Cardeal não se tinha esquecido do hospedeiro de dez anos antes. A 28 de Janeiro de 1582 escreve-lhe, em elegante latim (como o era o da carta de Vasconcelos) uma carta de agradecimento, afirmando-lhe também que conservava gratas recordações e que não perdia oportunidade de as manifestar (3).

Com outros Príncipes esteve também Diogo Mendes de Vasconcelos relacionado. Do final do ano de 1578, é um epigrama enviado a Carlos Manuel, Príncipe de Sabóia, numa ocasião em que lhe oferecia vários presentes. O Príncipe, que nascera em 1562, sucedeu o seu pai, Manuel Felisberto, em 1580. Nos versos que lhe dedica, refere-se à recente morte de D. Sebastião e pede que de futuro seja Carlos Manuel o seu Mecenas e o seu César. Oxalá possa ainda cantar os teus feitos! (4)

— diz-lhe o Cónego Vasconcelos.

Numa carta escrita em Abril de 1585, por ocasião do casamento do mesmo Príncipe Carlos Manuel com D. Catarina, filha de Filipe II, Diogo Mendes de Vasconcelos recorda-lhe que fora amigo de seu pai e formula votos por que as núpcias sejam penhor de aliança contra os

(1) Cf. *Obra Poética*, VI.

(2) Cf. *Obra Poética*, XXVIII.

(3) Cf. *Vita Gondisalui*, D2 v, D3.

(4) Cf. *Obra Poética*, III.

inimigos comuns. Termina dizendo que, por não poder ir pessoalmente, em virtude da idade e por falta de saúde, envia, em seu nome, uns jovens seus consanguíneos, para o felicitem (1).

OUTRAS AMIZADES

Além das relações sociais já mencionadas, e da dedicação de numerosos amigos, Diogo Mendes de Vasconcelos refere-se ainda, de passagem, a outras pessoas que lhe são caras. Na poesia *Sobre a sua partida de Évora* (2), depois de evocar seu primo Cabedo, sua irmã Leonor e os Távoras, fala de Castilho, Sanches, Nunes e Inácio; e na composição em honra de Pedro Sanches lembra a amizade de ambos por Luís Pires (3). A identificação destas personagens faz-nos lembrar um círculo de intelectuais e letrados que mutuamente se admiravam.

Todos eles escreveram várias obras e por isso Diogo Barbosa Machado lhes dedica um pequeno estudo. Como não nos importa estudar cada um destes autores de per si, bastem-nos alguns elementos de identificação recolhidos da *Biblioteca Lusitana*.

António de Castilho, natural de Tomar, foi professor em Coimbra de 1563 a 1566, Juiz da Casa da Suplicação, Cavaleiro da Ordem de Avis, Embaixador e Guarda-Mor da Torre do Tombo, após a morte de Damião de Góis. Além de Diogo Mendes de Vasconcelos, lembram-no também nas suas poesias, António Ferreira e Diogo Bernardes.

Inácio de Moraes, de Bragança, estudou em Paris, foi professor de gramática e de poesia latina em Coimbra, onde se formou em Direito e onde também proferiu um discurso de saudação a D. João III em 1550. Foi Mestre do Infante D. Duarte e de D. António, filho do Infante D. Luís. Foi amigo de André de Resende e de Diogo Mendes de Vasconcelos.

A sua amizade à família Cabedo está documentada pelo epitáfio que compôs para Miguel Cabedo e pela elegia à morte de António Cabedo que, por sua vez, lhe dedicara dois epigramas (4).

(1) Cf. *Vita Gondisalui*, D v, D2. Não é fácil saber quem foram estes consanguíneos, porque em Évora viviam vários parentes de Diogo Mendes de Vasconcelos e pelo menos um seu sobrinho.

(2) Cf. *Obra Poética*, II, v. 21-39.

(3) Cf. *Obra Poética*, XII.

(4) Estas poesias vêm na obra completa de André de Resende, impressa em Colónia em 1600 pela tipografia Birckmannica, tomo II, pp. 403, 568-570 e 559.

Pedro Sanches nasceu em Alcântara (Castela) e veio para Portugal no séquito de D. Catarina, esposa de D. João III. Exerceu vários cargos oficiais e manteve relações de amizade com muitos humanistas portugueses do seu tempo. Faleceu em 1580.

Além da poesia que lhe dedicou Diogo Mendes de Vasconcelos, outros autores se lhe referiram elogiosamente (1).

Luís Pires, natural de Évora, formou-se em Medicina, em Coimbra, e foi bom poeta latino. Pires dedicou uma poesia a Vasconcelos, o qual, em contrapartida se lhe refere afectuosamente. Também André de Resende e Jerónimo Cardoso o cantam nos seus poemas.

Não haveria impossibilidade em que o Nunes mencionado por Mendes de Vasconcelos fosse o célebre matemático Pedro Nunes, pois são contemporâneos, embora este mais velho que aquele. Julgamos, no entanto, que o amigo a que Vasconcelos se refere é Duarte Nunes de Leão, o qual nasceu em Évora, fez o curso de Direito em Coimbra e foi Desembargador no Tribunal da Suplicação. Foi um escritor variado, dedicando-se por igual ao Direito, à História, à poesia latina e ao estudo das origens da língua portuguesa.

A intimidade do Cónego Dr. Mendes de Vasconcelos com Duarte Nunes de Leão pensamos que pode documentar-se no facto de no livro *De Regum Portugaliae origine*, editado em Lisboa em 1585, Nunes de Leão citar a opinião de Resende e de Vasconcelos sobre a origem do nome de Portugal. Ora a obra de André de Resende e os comentários de Diogo Mendes só foram publicados em 1593. O argumento de Duarte Nunes de Leão só pode, portanto, basear-se na consulta dos manuscritos que Vasconcelos lhe teria facultado.

O maior amigo de Diogo Mendes de Vasconcelos, em Évora, foi todavia, talvez, André de Resende. A amizade entre ambos está documentada por produções literárias. Vasconcelos escreveu a *Vida de André de Resende* e aí refere os méritos do seu amigo, que nascera em Évora, se relacionara em Alcalá, Salamanca e Lovaina com grandes letrados e outras personalidades de prestígio, desempenhou funções de Mestre da Corte e durante cinquenta anos se consagrou aos estudos das *Antiguidades de Portugal*.

(1) Estes elementos biográficos foram recolhidos de um estudo sobre Pedro Sanches, feito pelo Dr. Cândido Aparício Pereira e apresentado para a sua licenciatura em Filologia Românica em Coimbra (1955).

André de Resende dedicou duas poesias a Diogo Mendes de Vasconcelos e este também consagrou àquele uma composição em que imagina Portugal a falar a Resende, e ainda se lhe refere largamente no final da poesia *Ao voltar à terra natal*(1).

A obra de Resende é grande e variada. Fez uma Oração de Sapiência em Lisboa, em 1534, e outra na Universidade de Coimbra, em 1551 ; proferiu a alocução de abertura do Sínodo de Évora celebrado em 1574; escreveu várias obras históricas — entre as quais o *De Antiquitatibus Lusitaniae*, revisto e continuado por Vasconcelos — e muitas cartas e poesias dedicadas a diversas personalidades do tempo (2).

Há ainda um outro amigo de Diogo Mendes de Vasconcelos, mencionado na carta escrita em 22 de Janeiro de 1573 a D. Lourenço Pires de Távora. Aí se fala da partida de D. Tomás, «o qual é *animae dimidium meae*» (3).

Sabemos que D. Sebastião esteve em Évora desde os fins de Outubro de 1572 até princípios de Janeiro de 1573. Nesta mesma carta Vasconcelos dá notícia da viagem que o Rei empreendera pelo Baixo Alentejo e Algarve. Ora o pregador de D. Sebastião era Fr. Tomás de Sousa, dominicano, célebre pela liberdade com que repreendia os vícios.

Será este Fr. Tomás de Sousa o amigo de Diogo Mendes de Vasconcelos ? Se assim for, esta amizade honra-o, pois o pregador real, que também era director espiritual da Rainha-Avó, D. Catarina, era pessoa muito virtuosa. Porque não gostava da sua austeridade, um palaciano satírico pôs-lhe uma vez no aposento um escrito com estas palavras : «Aqui mora Fr. Tomás, que bem o diz e mal o faz.» No mesmo papel Fr. Tomás escreveu depois : «Fazei vós o que ele diz e não façais o que ele faz» (4).

(1) Cf. *Obra Poética*, IV e XXVII.

(2) Cf. *Vida do Licenciado André de Resende*, traduzida por Bento José de Sousa Farinha, da edição de Évora, 1593, na *Colecção das Antiguidades de Évora*, 1785, pp. 11 a 36.

A indicação do tempo consagrado por Resende ao estudo das antiguidades de Portugal é referida por Vasconcelos na carta ao Cardeal D. Henrique, inserida na introdução do *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Évora, 1593.

O repositório mais completo que conhecemos sobre a obra de Resende é: *L. Andrae Resendii Eborensis, Antiquitatum Lusitaniae et de Municipio Eborensi lib. V orationes item, epistolae historicae et poemata omnia, quotquot reperiri potuerunt Coloniae Agripinae*, In Officina Bireckmannica (...) 1600, em 2 tomos.

(3) Cf. Torredo Tombo, *Manuscritos*, (cota) 1110, fl. 95, P.º 2.

(4) Esta historieta é contada por Barbosa Machado na *Biblioteca Lusitana*, III, p. 735.

OS TRABALHOS LITERÁRIOS

A partir de 1589, a grande preocupação do Cónego Dr. Diogo Mendes de Vasconcelos é a publicação dos seus escritos. Talvez até já antes desta data tivesse mandado para a Censura um opúsculo que escrevera sobre a vida de seu tio D. Gonçalo Pinheiro, bem como a maior parte das suas poesias, visto que a informação do censor, Cristóvão Freire, é de 27 de Fevereiro de 1589.

Obtido o parecer favorável da Censura, pensou então em dedicar a obra ao Cardeal-Arquiduque Alberto, que desde 1583 era o representante de Filipe II em Portugal. Em carta que lhe endereçou, a 30 de Dezembro de 1589, pede-lhe que aceite estas primícias das suas publicações e promete editar outros trabalhos (1).

Todavia, passou-se todo o ano de 1590 sem que a obra viesse a público. Com efeito, só em 14 de Setembro de 1591 é que em Lisboa foi assinada a licença, em nome do Rei, para a impressão. Diz-se aí que esta licença é concedida a favor de Diogo Mendes de Vasconcelos «fidalgo de minha casa e Cónego na Sé de Évora». Só depois disto é que saiu, certamente nos fins de 1591, da tipografia de Martinho de Burgos, tipógrafo da Universidade de Évora, a *Vita Gondisalui Pinarii, Episcopi Visensis, auctore Jacobo Menoetio Vasconcello, Lusitano. Aliquot praeterea opuscula eiusdem Vasconcelli*.

A seguir à carta dedicatória, o Autor teve o cuidado de colocar logo o «Panegírico» que em 1583 tinha composto para o Cardeal-Arquiduque e o epigrama que consagrou a Filipe II por ocasião da sua passagem por Évora, em Março do mesmo ano. Vê-se, pois, a intenção de agradar ao Príncipe.

Foi também no ano de 1591 que Diogo Mendes de Vasconcelos escreveu a sua autobiografia. Tinha então 68 anos de idade, metade dos quais passados quase integralmente em Évora (2).

As licenças para a impressão da *Vida de D. Gonçalo* devem ter acordado na Corte de Lisboa (se o próprio Vasconcelos o não lembrou), que desde os tempos do Cardeal D. Henrique estava pronta a primeira parte do trabalho de revisão das *Antiguidades de Portugal*, deixadas incompletas por André de Resende.

(1) Cf. *Vita Gondisalui*, A.

(2) Cf. *Vita*, n.º 41.

Por isso, urna carta foi escrita a Diogo Mendes de Vasconcelos, em nome do Rei, pedindo-lhe que informasse em que ponto se encontrava a obra de Resende.

Certo de que a publicação iria, desta vez, avante, começa logo Vasconcelos a dar andamento às formalidades necessárias. A censura do trabalho é feita, em termos elogiosos, por Cristóvão Freire e, em nome da Inquisição, Diogo de Sousa passa licença de impressão a 24 de Dezembro de 1591.

Daí para diante, tudo passou a correr com facilidade. Logo a 2 de Fevereiro de 1592 foi passada licença real para se imprimirem os livros, concedendo ao mesmo tempo, por dez anos, o privilégio de ninguém poder imprimir nem vender tal livro sem licença de Diogo Mendes.

Estava dado o passo decisivo. Então o Autor resolve consagrar a edição a Filipe II, para o que lhe escreve a 1 de Dezembro de 1592 uma carta-dedicatória, começando por louvar a protecção concedida às letras e passando em seguida a responder, oficialmente, à carta que lhe fora escrita sobre o estado da obra. Vasconcelos entende que o melhor é remeter uma cópia da carta enviada em 1580 ao Cardeal D. Henrique, em que comunicava que estavam revistos os quatro primeiros livros de Resende e que o quinto, quase exclusivamente da sua autoria, também estava pronto. Finalmente, manifesta a Filipe II a intenção de em breve publicar o resto que faltava para se efectuar o projecto de Resende (1).

O trabalho tipográfico foi, certamente, realizado, na sua maior parte, durante o ano de 1593, porque, apesar de o parecer de Luís da Silva Brito, encarregado pelo Arcebispo de Évora, D. Teotónio de Bragança, de apreciar a obra, ser datado de 1 de Fevereiro de 1594, e de o *Imprimatur* do Arcebispo D. Teotónio ser assinado a 15 do mesmo mês e ano, o frontispício da obra tem a data de 1593. Foi também editada nas oficinas de Martinho de Burgos e o seu título completo é: *Libri quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae, a Lucio Andrea Resendio olim inchoati et a Iacobo Menoetio Vasconcello recogniti atque absoluti. Accessit liber quintus de antiquitate municipii Eborensis, ab eodem Vasconcello conscriptus, quo etiam auctore, secundus tomus quinque alios libros continens, cito Deo Optimo Maximo fauente, in lucem prodibit.*

A publicação desta obra é um título de gloria para Diogo Mendes

(1) Cf. *De Antiquitatibus Lusitaniae, 1593, A.*

de Vasconcelos, porque sem o seu esforço ter-se-ia perdido o vasto material da antiguidade lusitana, coligido por André de Resende.

Além dos quatro livros iniciados por Resende, do quinto sobre o Município de Évora e das cartas referentes à publicação da obra, esta edição contém outros trabalhos importantes de Diogo Mendes de Vasconcelos.

Um destes trabalhos é a *Vida de André de Resende*, em que o Autor presta homenagem ao seu amigo; outro são os *Comentários* aos quatro livros de Resende; outro ainda é a *Vida de Diogo Mendes de Vasconcelos*, escrita por ele mesmo, e, finalmente, algumas *Poesias* ou de Diogo Mendes ou de louvor à sua obra e de Resende.

Assim, tirando a *Vida de D. Gonçalo* e a maior parte das poesias que publicara dois anos antes, Diogo Mendes de Vasconcelos aproveitou esta oportunidade para dar à estampa algumas obras que tinha manuscritas e que são as que dele nos restam.

Estes dois livros, o de 1591 e o de 1593, são as grandes fontes de que todos se serviram para reeditar a obra de Vasconcelos, bem como para conhecer a vida do Bispo de Viseu D. Gonçalo, de André de Resende e do próprio Autor.

Outras obras atribuí Barbosa Machado a Diogo Mendes de Vasconcelos, que nós não conhecemos e que, provavelmente, ele próprio também não viu (1).

A *Oratio funebris in obitu Principis Joannis, Romae habita*, vimos já que é muito possível que seja realmente de Diogo Mendes de Vasconcelos, se ele foi o sacerdote português que pregou nas exéquias celebradas na Igreja de Santa Maria del Popolo, no dia 16 de Março de 1554 (cf. p. 16)

Quanto à *Vita clarissimi uiri Michaelis Cabedii, Senatoris Regii*, pomos sérias reservas sobre a autoria atribuída a Diogo Mendes de Vasconcelos. Lemos esta *Vita* na edição das obras do Cónego Vasconcelos, de Miguel Cabedo e de António Cabedo, aparecida em Roma em 1597 por iniciativa do Dr. Gonçalo Mendes de Vasconcelos (2).

Em parte alguma desta biografia se faz referência ao seu Autor. Nada nos leva a considerá-la de Diogo Mendes. O estilo e o processo das obras históricas de Diogo Mendes de Vasconcelos — *Vita ab ipso*

(1) Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, I, p. 660, Lisboa, 1930.

(2) *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Roma, 1597, p. 392 a 402.

conscripta e *Vita Gondisalui Pinarii* — é completamente diferente. Nestas, o Autor toma um tom confessional, *subjecti* vista, que o leva a expor as suas relações e afeições às pessoas de quem fala. Se a obra fosse de Diogo Mendes, ele não deixaria de dizer que Miguel Cabedo é seu primo e que com ele estudou, e que a esposa, D. Leonor Pinheiro, é sua irmã. Do mesmo modo, a terra da naturalidade de Miguel Cabedo — Setúbal — é objecto de um longo elogio que não tem nada de semelhante nas outras duas *Vidas*.

Julgamos que a *Vita Michaelis Cabedii* é da autoria do próprio organizador da edição, o Dr. Gonçalo Mendes de Vasconcelos e Cabedo, que no ano anterior, 1596, tinha publicado, também em Roma, alguns trabalhos seus. Uma das razões que nos leva a esta atribuição, além da diferença de estilo — este é muito impessoal — é o facto de, depois de dizer que Miguel Cabedo e D. Leonor Pinheiro tiveram cinco filhos e duas filhas, apenas se referir ao primogénito, Jorge Cabedo, e ao segundo que foi o próprio Gonçalo Mendes de Vasconcelos e Cabedo. Ora, enquanto os outros irmãos são ignorados, à vida de Gonçalo, suas missões e trabalhos literários, dedica-se quase uma página. Por outro lado, a última actividade que lhe é atribuída é exactamente esta revisão e emenda do *De Antiquitatibus Lusitaniae* e de outros opúsculos do pai e dos «consanguíneos».

Os *Discursos da Agricultura* que, segundo Barbosa Machado, também seriam de Diogo Mendes de Vasconcelos, e teriam sido publicados em Évora por André de Burgos, merecem a Inocêncio Francisco da Silva estas observações, que também subscrevemos: «Mas nem Barbosa, nem o seu compilador no pseudo *Catálogo* da Academia souberam dizer-nos coisa alguma a respeito destas obras, deixando ambos de declarar o ano da impressão, e formato, o que de certo não omitiriam, se tivessem tido presente algum exemplar. António Ribeiro dos Santos mostra igualmente não as ter conhecido, de outra sorte tê-las-ia sem dúvida mencionado nas suas *Memórias para a História da Tipografia*, ou fosse quando descreve as obras impressas em Évora no século xvi, ou já quando deu conta das produções saídas dos prelos do tipógrafo André de Burgos. Por minha parte declaro que ainda não encontrei exemplar daqueles opúsculos, nem me consta da sua existência em algum local conhecido» (1).

(1) Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, II, p. 165, Lisboa, 1926.

Nas mesmas condições se encontra a *Oração do Padre Nosso e Ave Maria em verso latino e português*, que se diz ter sido impressa em Évora por André de Burgos.

Do *Panegyricus Principi Transilvaniae dictus*, afirma Barbosa Machado que «constava de duzentos versos» e que foi dado «ao Patriarca de Jerusalém, quando ia para Roma». Julgamos dever aceitar-se a autenticidade desta obra, apesar de não a conhecermos. Sabe-se que Diogo Mendes de Vasconcelos esteve relacionado com o Príncipe de Sabóia, Manuel Felisberto, falecido em 1580, e com o seu sucessor, Carlos Manuel. Porém, a origem e circunstâncias destas relações são um dos pontos pouco esclarecidos da biografia do Cónego Dr. Vasconcelos. Este elogio seria dedicado a Manuel Felisberto ou a Carlos Manuel? Quem é este Patriarca de Jerusalém a quem *foi dado* o elogio? E deveria a poesia ser levada ao Príncipe ou teria sido antes recitada por Vasconcelos e depois oferecida ao Patriarca em cuja mão se teria desencaminhado? Nos *Comentários à Obra Poética*, III, formulamos a nossa hipótese acerca destas interrogações.

Quanto à *Descrição larga da Cidade de Lisboa*, a qual intentava que fosse o sexto livro das Antiquidades de Portugal, o próprio Barbosa Machado informa que ficou em manuscrito e que não pertence a Diogo Mendes de Vasconcelos. Apesar disso, procurámos saber da sua existência, mas não foi encontrada no fundo de manuscritos das Bibliotecas da Universidade de Coimbra, Nacional de Lisboa, da Torre do Tombo, da Academia das Ciências de Lisboa, da Ajuda, de Évora, do Porto e de Braga. É provável que tenha desaparecido também.

Julgamos, no entanto, que este trabalho de modo nenhum se poderia confundir com a poesia *Em louvor da cidade de Lisboa*, porque esta nem é uma longa descrição nem podia servir de livro sexto para uma obra como o *De Antiquitatibus Lusitaniae*. Em todo o caso, sabemos que Vasconcelos tinha predilecção por este tema, pois tratou-o em verso (1) e pelo menos desejou ocupar-se dele em prosa.

Desta obra, bem como do *Mapa de Portugal dedicado a El-Rei D. Sebastião*, em verso, diz Machado que são mencionadas pelo «moderno adicionador da *Biblioteca Geográfica* de Antonio de Leão, tomo III, col. 1719, enganando-se quando, pela identidade dos apelidos, o confunde com Luís Mendes de Vasconcelos, autor do *Sítio de Lisboa*».

A origem da confusão talvez esteja também no facto de Diogo

(1) Cf. *Obra Poética*, I.

Mendes de Vasconcelos se referir às principais terras de Portugal, aplicando a algumas atributos muito apropriados, na poesia intitulada *Sobre a sua partida de Évora*, a propósito da consulta de D. Sebastião sobre a ida a Marrocos (1).

Como se vê, hoje apenas conhecemos uma pequena parte dos trabalhos literários de Diogo Mendes de Vasconcelos. É, portanto, lícito continuar a indagar se foram publicadas mais obras suas e se existem, em qualquer parte, os manuscritos por ele deixados. É que, nas obras por nós conhecidas, várias vezes se faz referência a outros trabalhos que Vasconcelos tinha entre mãos e que desejava publicar.

Na carta dedicatória ao Cardeal-Arquiduque Alberto, de 30 de Dezembro de 1589, diz que, procurando «entre o conjunto dos seus manuscritos» qual poderia oferecer, com dignidade, ao Príncipe, se resolveu a escolher a *Vida de D. Gonçalo* «como primícias dos seus trabalhos intelectuais». E termina por dizer que, se for bem sucedido, virá a escrever e editar coisas maiores (2).

Esta referência a trabalhos de mais vulto era destinada a chamar a atenção para o *De Antiquitatibus Lusitaniae* que de há muito estava pronto. Pelo breve índice que precede a edição de 1593 desta obra vê-se que, depois destes cinco livros, Vasconcelos «tem intenção de reunir num outro volume o que falta» para realizar o plano de Resende, e afirma-se que este trabalho é feito «em homenagem aos estudiosos da Antiguidade» (3). Mais explícita e concisa ainda é a portada desta edição, ao anunciar que «do mesmo autor sairá um breve um segundo volume contendo os outros cinco livros». Isto dá-nos a impressão de que tais livros já estavam escritos e que não vieram a publicar-se por falta de verba.

De facto, ao acabar o *De Municipio Eborensi*, antes de 1580, Vasconcelos dizia já que ia deixar o estudo de Évora para passar ao de outras cidades «donde há rastros da antiguidade romana» (4). E no mesmo trabalho afirma que tem «tenção de mandar imprimir juntamente com outras obrinhas» de Resende, uma apologia deste erudito em defesa de Évora (5).

(1) Cf. *Obra Poética*, II.

(2) Cf. *Vita Gondisalui*, A.

(3) Cf. *De Antiquitatibus Lusitaniae*, fl. 3.

(4) Cf. Bento José de Sousa Farinha, *Colecção das Antiguidades de Évora*, 1785, pág. 110.

(5) *id. ib.*, p. 54.

Este desejo de publicar mais trabalhos ecoa ainda em 1595 na carta a Pedro de Mariz, ao dizer-lhe, referindo-se à tipografia de António de Mariz: «Oxalá eu possa servir-me das suas artes gráficas quando imprimir os opúsculos que trago entre mãos» (1).

Tudo isto nos faz pensar que Diogo Mendes de Vasconcelos continuou a escrever até ao fim da vida e que de facto outras obras dele se imprimiram, tendo ficado ainda outras em manuscrito cujo paradeiro desconhecemos.

ERUDIÇÃO E CULTURA

As obras de Diogo Mendes de Vasconcelos revelam que possuía uma notável erudição histórica, jurídica e literária (2).

Os seus conhecimentos de História afloram em profusão no tratado *Do Município Eborense* (3).

Aí vemos o seu conceito de História quando afirma que «a nós (...) cumpre muito de tratar verdade e nada afirmar senão o que for manifesto — ou por testemunho de algum autor grave ou por conjecturas muito prováveis ou pelas próprias memórias de antigos letrados» (p. 39). A base das suas afirmações são os documentos, embora siga também as leis da reconstituição histórica. Assim, diz também explicitamente que «nas coisas antigas dado é usar de conjecturas» (p. 59).

Compreende-se, pois, que a sua obra esteja recheada de citações e da transcrição de inscrições. São várias dezenas as inscrições que apresenta, umas já recolhidas por outros, sobretudo por André de Resende, e outras descobertas por ele próprio. E não se julgue que

(1) Pedro de Mariz, *Diálogos de Vária História*, Coimbra, 1598, fJ. ++.

(2) Era nossa intenção, inicialmente, consagrar um capítulo especial à descrição da obra em prosa do nosso Autor. Cedo verificámos, porém, que só a obra histórica de Diogo Mendes de Vasconcelos daria matéria mais que suficiente para uma licenciatura em História, pois seria útil verificar até que ponto os conhecimentos da Antiguidade, principalmente romana, de André de Resende e de Vasconcelos condizem com a posição actual da história e da arqueologia. Porque não nos é possível alongar tanto o nosso estudo, limitamo-nos a algumas observações de carácter geral que documentam a erudição de Diogo Mendes de Vasconcelos. Oxalá surja quem se disponha a estudar a sua obra histórica.

(3) Seguimos a tradução de Bento José de Sousa Farinha, na *Colecção das Antiguidades de Évora*, 1785.

aceita as inscrições indiscriminadamente. Procura fazer-lhes verdadeira crítica histórica e linguística.

Contra D. Miguel da Silva, que quis provar ser falsa uma inscrição que fala de Sertório, porque nela se não menciona, contra o costume, o nome do pai, Vasconcelos diz que a irregularidade se explica porque Sertório ficou orfão antes de começar a falar. Aliás, a refutação da tese de D. Miguel da Silva foi feita por André de Resende num opúsculo que Vasconcelos tinha intenção de «mandar imprimir juntamente com outras obrinhas dele que separadamente foram impressas e já estão esquecidas e quase consumidas e acabadas» (p. 54).

Na sua *Évora Gloriosa* o P.^e Fonseca apresentou uma inscrição para confirmar a tradição segundo a qual Sertório mandou fazer em vida um jazigo para que nele fossem depositadas as suas cinzas. A propósito desta tradição e inscrição, Vasconcelos faz este comentário : «Porém, testemunho certo disto ninguém até agora pôde descobrir, porque o letreiro que reza disto parece contrafeito por algum curioso da antiguidade» (p. 58) (1).

O Cónego Mendes de Vasconcelos serve-se também de apreciações de carácter linguístico para julgar do valor das inscrições. Referindo-se a uma, citada por Pedro Apiano de Alexandria, atribuída a Catão Censor, diz: «Cheira-me pouco à antiguidade daquele século» (p. 68). E comentando uma inscrição que fala de uma Flaminica, sacerdotisa, em Évora, adverte : «E amoestamos o leitor que nesta pedra se escreveu *Eboresi* em lugar de *Eborensi* e *Collipponesium* em lugar de *Collipponensium*, ou por descuido do abridor ou porque então se usava essa maneira de falar, segundo se colhe de muitos outros letreiros» (p. 72).

Do mesmo modo se serve da numismática ao referir-se ao domínio dos Godos. E ao mencionar duas inscrições desta época afirma «que já cheiram a linguagem dos Godos» (p. 98).

Sobre a passagem dos diversos povos que habitaram Évora, são particularmente interessantes, porque originais, as suas reflexões sobre os Gauleses. Começa por provar que se deve escrever *Ebora* e não *Ebura*, apoiando-se para isso em autoridades clássicas e eclesiásticas.

(1) Como se vê, Vasconcelos reconhece que naquela época havia falsários de inscrições. Defende, porém, a honestidade de André de Resende que, aliás, não tivera receio de travar polémica com D. Miguel da Silva, provando a sua veracidade. Devemos nós dar crédito aos críticos que hoje voltam a acusar André de Resende de falsário ? Eis um estudo interessante para um amante da história e da arqueologia.

Declara que não merecem crédito as lendas que radicam as origens de Évora na mitologia; e depois, citando Plínio e Estrabão, afirma que outrora os Celtas habitaram os territórios entre o Tejo e o Guadiana. Apresenta em seguida a suposição de que Évora fosse fundada e recebesse o seu nome da tribo dos Eburões belgas ou dos povos Eburonenses da Gália céltica, bem como Eivas que traz a origem dos Galos Hélvios (p. 41).

Esta observação sobre os Gauleses é original. Com efeito, confrontando com a *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, de André de Resende, nada aí se encontra a estes respeito (1).

Por outro lado, também é cara aos linguistas modernos a ideia de relacionar a língua com a etnologia. Seguindo este processo, defende que a mesma tribo gaulesa dos Eburões também habitou a região de Évora-Monte e de Eburóritio, hoje Alcobaça. A própria história, diz, confirma estas ilações, pois os Gauleses habitavam em campo aberto e antes de Sertório parece que Évora não tinha cerca murada (p. 41).

Vai mesmo ao ponto de procurar saber qual a origem da língua dos Celtas. Em sua opinião, o celta sobrepôs-se ao ibérico e identificou-se com ele. Neste capítulo, a linguística moderna não lhe dá razão, visto que hoje se considera o celta uma língua indo-europeia e o ibérico pertencente a outro grupo. Do mesmo modo, a linguística de hoje, no geral, não o acompanha quando afirma que o ibérico e o basco são a mesma língua (2). A sua dedução baseava-se, aliás, em

(1) Cf. André de Resende, *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, edição de 1553.

(2) O problema do basco é muito complexo e discutido. A opinião mais aceite modernamente, quanto aos elementos linguísticos do basco, é assim resumida pelo Dr. Vincenzo Cocco : o fundo mais antigo é constituído por um dialecto pirenaico em estreito parentesco com a língua actualmente falada na região do Cáucaso ; sobrepueram-se-lhe elementos de «íberos» que vieram da África Setentrional, como conquistadores ; menores e recentes são as influências indo-europeias, limitadas quase a elementos celtas e ilíricos; finalmente sofreu o influxo das línguas românicas.

A aceitação do parentesco entre o basco e o caucásico levou até Nils H. Holmer a estudar as principais características do «íbero-caucásico como um tipo linguístico».

Mais complicada é a posição de P. Fouché, num estudo «À propos de l'origine du basque» (Madrid, 1943), em que defende que há no basco quatro elementos sobrepostos — um «magdaleniano», um altaico, outro caucásico e outro camítico.

Se a opinião hoje corrente reconhece elementos celtas no basco, elementos que levaram Diogo Mendes de Vasconcelos a adoptar uma posição tida como errada, mais

Ausónio. É que Ausónio fala na fonte *Duiona* que parece significar *fonte divina* e cuja forma e som se adapta ao basco, onde esta terminação aparece em nomes de cidades. Para eles, o sufixo *ona* significa *coisa boa* ou *divina* (p. 42).

Estes problemas de paleologia suscitam ainda hoje tantas discussões e sofrem tão variadas interpretações que não nos devemos admirar de a opinião de Diogo Mendes de Vasconcelos não ser a mais seguida actualmente. Baste, todavia, pôr em relevo o seu método de relacionar a etnologia com a linguística e de comparar o valor dos sufixos em diversas regiões. E este método, inovação no seu tempo, é hoje plenamente adoptado.

Ao mesmo tempo que revela grandes conhecimentos históricos e intuição filológica, o tratado *Do Município Eborense* é um documento da cultura literária do Cónego Dr. Vasconcelos. Virgílio é citado várias vezes e, dos autores modernos, Policiano é chamado também a depor.

Nas *Antiguidades de Portugal* é impossível saber o que pertence a Vasconcelos e o que é de Resende. Sabemos apenas que este as deixou em rascunho e que aquele as reviu e acrescentou (1). O mesmo não acontece com os *Escólios*, que esses são integralmente de Diogo Mendes de Vasconcelos. Pois estes comentários são mais uma prova da sua extraordinária cultura.

O primeiro escólio aborda um problema filológico. Trata-se de saber qual o valor exacto da expressão *Phosphorus igneus* que se encontra numa ode dedicada por André de Resende a Conrado Goclénio que foi Director do Colégio Trilingue de Lovaina. Vasconcelos é de opinião

próxima do nosso Autor é ainda a tese de Florentino Castro Guisasola, na obra *El enigma del vascuence ante las lenguas indeuropeas* (Madrid, 1944). Pretende-se aqui demonstrar que «o basco — sem ser indo-europeu — é um idioma do mesmo grupo linguístico que as línguas indo-europeias», isto é, «uma língua irmã do indo-europeu, com palavras idênticas, mas com formas em parte comuns e em parte distintas, como derivado da mesma língua anterior de que ele saiu».

Esta opinião é baseada no estudo dos numerais, dos pronomes, da flexão nominal e verbal e de elementos lexicais do basco. (Cf. sobre este assunto, a *Revista Portuguesa de Filologia*, II, p. 311 a 316 (Coimbra, 1948) onde se encontra a recensão crítica às obras indicadas e a posição então adoptada pelo Dr. Vincenzo Cocco.

(1) É o que diz, expressamente, a licença real de impressão. Cf. *De Antiquitatibus Lusitaniae*, 1593, fl. 2 v.

que equivale a «Lucifer Stella». Para confirmar esta asserção cita Marcial (1).

Num outro comentário diz que sempre lhe pareceu mal interpretada a expressão de Plínio referente ao «artabro promontório», vulgarmente interpretado como sendo o cabo Finisterra. Neste ponto afirma expressamente que nem André de Resende nem Fernando Nunes (Pinciano) perceberam o sentido de Plínio, pois (diz ele) o «artabro promontório» deve ficar perto de Lisboa. De facto os estudiosos hoje identificam-no como sendo o cabo da Roca. E o Cónego Vasconcelos prova a sua opinião, baseando-se em Pompónio Mela. Nós que já o vimos acrescentando novas inscrições ao estudo de Resende, encontramos-lo agora numa atitude de plena independência intelectual, discordando do grande mestre, seu amigo (2).

Igualmente valiosa é a sua apreciação ao *Itinerário de Antonino* no que respeita às vias romanas que ligavam Lisboa a Mérida. Em seu entender, as versões então existentes apresentavam corrompido o texto de Antonino. Por isso, emenda essas versões, reconstituindo o percurso das três vias: a primeira por Setúbal, Évora e Badajoz; a segunda por Santarém, Abrantes, Alpalhão, Assumar ou Alegrete; a terceira, a mais curta de todas, por Benavente, Ponte de Sor, Alter do Chão, a ligar à anterior em Assumar ou Alegrete (3).

O processo destes comentários repete-se : — cita as autoridades clássicas e eclesiásticas; confirma com as suas conclusões; discute e discorda quando lhe parece necessário. Entre os autores citados contam-se os gregos Pausânias, Políbio, Estrabão e Ptolomeu.

Toda esta erudição, que se encontra perfeitamente assimilada por um espírito verdadeiramente culto, capaz de discernir, de discutir, de discordar, poderia parecer, naquele tempo, mais própria de um humanista do que dum homem que passava a sua vida debruçado sobre os cânones, no tribunal da Inquisição. Diogo Mendes de Vasconcelos sentiu esta objecção quando o encarregaram de aprontar a obra de

(1) Cf. *Scholia Iacobi Menoetii Vasconcelli in quatuor libros Resendii*, publicados logo a seguir ao texto do *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Évora, 1593, fl. 245.

(2) *Scolia*, 1. c., fl. 247-248.

(3) *Scolia*, 1. c., fl. 251-253. Reproduzimos aqui os nomes das localidades segundo a equivalência que Diogo Mendes de Vasconcelos dava à nomenclatura latina. No seu estudo em 3 volumes sobre *As grandes vias da Lusitânia, O itinerário de Antonino* (Lisboa, 1956), Mário Sá estabelece equivalências por vezes um pouco diferentes.

Resende. Afinal, poderia dizer-se que, sendo ele jurista e dada a posição social que ocupava, não devia tratar de assuntos estranhos.

A resposta a esta dificuldade surge-lhe com prontidão e elegância, na carta que escreveu ao Cardeal-Rei, a 15 de Janeiro de 1580. Em seu entender, andam muito enganados aqueles que julgam que as pessoas dedicadas aos estudos do Direito não devem consagrar-se às Humanidades. Com efeito, «é necessário que eles próprios reconheçam que sem [as Humanidades] não estão bem preparados para apreender e cultivar as outras ciências». E continua: «Não se compreende, em nossos dias, em que se começou a extinguir a ignorância crassa e bárbara, um teólogo, um jurisconsulto ou um médico insigne que não tenha adquirido ao mesmo tempo uma certa prática e apreço das Humanidades» (1).

Este amor aos estudos da Antiguidade bem o revelou Vasconcelos nas suas obras, assim como se observa nesta lamentação, a propósito de uma lápide que fora partida em cinco pedaços: «Quem será assim falto de toda a humanidade e conhecimento de letras que não chore e leve a mal tão nobres testemunhos de antiguidade assim serem mal trazidos e desfigurados por homens sandeus e mal ensinados?» (2).

Apesar de tudo, ele parece reconhecer que é, antes de mais nada, um jurista, quando diz ao Cardeal D. Henrique que lança mãos à obra para lhe ser agradável, embora com alguma perda do seu nome (3). É possível que nesta expressão haja bastante modéstia, mas ela serve para confirmar a nossa opinião de que Vasconcelos devia possuir também uma considerável ciência jurídica.

Os seus conhecimentos nesta matéria foram certamente demonstrados nos processos da Inquisição de Évora. Não é fácil, porém, estudá-los todos. O catálogo dos processos inquisitoriais encontra-se na Torre do Tombo, por ordem alfabética dos acusados, o que faz com que tenhamos de organizar primeiro uma lista segundo a ordem cronológica para saber quais os casos em que o Inquisidor Vasconcelos teve intervenção. Começámos esse trabalho e vimos vários processos cuja sentença é assinada pelo Cónego Vasconcelos, mas depressa nos convencemos de que o seu exame não tinha, para o nosso efeito, grande

(1) Cf. *De Antiquitatibus Lusitaniae*, 1593, Al, 2.^a parte, v.

(2) Cf. Diogo Mendes de Vasconcelos, *Do Município Eborense*, na *Colecção das Antiguidades de Évora*, por Bento José de Sousa Farinha, 1785, p. 85.

(3) Cf. *De Antiquitatibus Lusitaniae*, 1593, Al, 2.^a parte, v.

interesse. A caligrafia do corpo da exposição pertence a outro punho e nada nos garante que a doutrina exposta pertença, de facto, ao nosso Autor, acrescentando que a sentença é também assinada pelo outro Inquisidor e ainda por outras pessoas.

Além disso, para verificarmos, na medida que nos interessava, os conhecimentos jurídicos de Diogo Mendes de Vasconcelos, encontramos outros documentos que nos parecem mais comprovativos. Existem na Biblioteca Pública de Évora quatro peças de processos, que são Pareceres do Cónego Vasconcelos, a propósito de diversos assuntos. Dois estão escritos em latim — um latim vulgar, bastante inferior ao das obras em prosa e muito distante do das composições poéticas — e nos outros dois pareceres serviu-se do português.

Segundo o primeiro destes pareceres, levantou-se, em certa altura, a questão de saber se o Bispo de Targa estava obrigado a residir no seu convento, tanto por direito comum como por força do Concílio de Trento (1). Posta a questão, o parecer começa assim: «À primeira vista parece dever dizer-se que de modo nenhum se pode escusar da lei da residência, à face das leis que querem que quem obtiver um benefício eclesiástico, qualquer que ele seja, nele seja obrigado a residir (...), de modo que se alguém, avisado pelo Ordinário, não quiser residir, deve ser privado do benefício (...) e a razão é que, uma vez que o benefício eclesiástico se concede por causa do ofício (...), com razão deve ser privado do benefício aquele que abandona o seu ofício e se recusa a cumprir-lo». Estes princípios do Direito Canónico então vigente, isto é,

(1) Estes documentos encontram-se na Biblioteca Pública de Évora sob o título *Papéis Vários* (cota $\frac{CXIX}{1-11}$). O parecer a que nos estamos referindo está nas folhas 4-6 (numeração a lápis). A folha 6 está rasgada no fundo, vendo-se apenas os traços superiores da assinatura. Não temos dúvida de que se trata de um manuscrito autógrafa de Diogo Mendes de Vasconcelos, não só porque a caligrafia é idêntica à de outros manuscritos autênticos, mas também porque Cunha Rivara, no seu *Catálogo de Manuscritos da Biblioteca de Évora*, vol. IV, p. 218, se refere a dois pareceres de Diogo Mendes de Vasconcelos sobre assuntos eclesiásticos. A assinatura foi, pois, furtada, após o inventário de Cunha Rivara. Actualmente só se encontra assinado o parecer das fis. 13-14, a que em breve nos referiremos. Os outros documentos, embora não assinados, temo-los como autênticos, pela comparação da letra.

O volume abre com duas folhas manuscritas, também de Diogo Mendes de Vasconcelos, contendo um resumo de carácter litúrgico, redigido em português. O título destes apontamentos é: «As cousas mais importantes que se contêm na Bula do Papa que está no princípio do Calendário.»

OBRA POÉTICA DE DIOGO MENDES DE VASCONCELOS 45

do Decreto de Graciano e leis posteriores, vêm confirmados por três vezes, no meio desta frase, com citações abundantes (1).

Em seguida confirma também esta primeira opinião com várias citações do Concílio de Trento. Prossegue demonstrando que a obrigação de residir é maior ainda quando se trata de benefícios regulares. E também esta opinião é alicerçada em textos do Concílio.

A meio do parecer apresenta-se, porém, uma opinião contrária. «Todavia, diz, apesar de tudo isto, creio que ele pode, com consciência tranquila, ser retido pelo Eminentíssimo Cardeal, tanto no Santo Ofício da Inquisição contra a herética perfídia como no desempenho do cargo da Legação Apostólica, como fez até aqui» (2).

O fundamento desta opinião encontra-se em vários cânones citados e no direito antigo. Depois prova que o Concílio de Trento também distingue entre o benefício com cura de almas e os mosteiros. Apresenta em seguida uma razão de escusa — a necessidade e o interesse nacional. Finalmente, no caso em questão, o Bispo não é abade, mas

(1) Demos já um exemplo da prosa latina de Diogo Mendes de Vasconcelos ao citar o final do *De Municipio Eborensi*. Vamos agora apresentar um pouco do latim corrente, sem qualquer preocupação de estilo, que se assemelha a baixo latim. Nesta transcrição incluímos o texto completo, com as citações tal como se encontram no manuscrito. O Direito comum a que Vasconcelos se refere é, com certeza, o Decreto de Graciano, cujas *Causas* indica pelas primeiras palavras, a que se seguem as *questões* e os *números*. Todavia, torna-se nos muito difícil desdobrar, com segurança, todas as indicações, porque a metodologia hoje seguida pelas edições críticas do Decreto de Graciano é bastante diferente. É provável que a última citação da primeira série seja uma referência ao *Livro Sexto*, primeira compilação após os cinco livros do Decreto de Graciano.

Eis o texto latino completo: «Et prima facie uidetur dicendum quod nullo modo a residentia excusetur per iura quae uolunt quod obtinens beneficium ecclesiasticum qualecumque sit teneatur in illo personaliter residere c. quia frater § ambitionis 7 q. 1. c. monachum 20. q. 4 c. 1. 21. q. 1. c. quia nonnulli c. relatum de cleric, non residente c. quia per ambitiosam de rescript, in 6.º c. licet canõ de elect, eod. lib. ita quod si quis ab ordinario monitus residere nolit priuari debeat beneficio c. conquerente c. inter quatuor et c. fin. cum similibus dicto 4.º de cleric, non residentibus et ratio est quia cum beneficium ecclesiasticum detur propter officium dicto c. quia per ambitiosam merito beneficio carere debet qui officium suum deserit et adimplere recusat.»

(2) O latim desta frase, embora também seja corrente, é mais agradável que o do primeiro período do parecer. Aí fica para comparar: «His tamen non obstantibus credo illum cum bona conscientia posse a Serenissimo Cardinali retineri tam in Sancto Officio Inquisitionis contra haeticam prauitatem quam in munere legationis Apostolicae obeundo ut hactenus fecit.»

apenas administrador. Para o substituir tem no mosteiro um prior que cuida dos monges e na paróquia anexa tem um padre secular.

O final destes pareceres em latim tem um modo de dizer característico: «Eis o que consegui apurar em horas de trabalho contínuo e o que me parece de harmonia com o direito, salvo melhor opinião» (1). Assim termina este.

Outro parecer, autógrafo também, e devidamente assinado, todo escrito em latim, trata do castigo a aplicar à concubina de um clérigo. O Visitador tinha proposto para a pobre mulher uma penitência demasiado dura. Vasconcelos, em parte, defende-a, mostrando a divergência das penas previstas pelos cânones, segundo as circunstâncias (2).

Achamos curiosa, porque revela uma alma compassiva, esta passagem em que cita S. Gregorio Magno: Deve proceder-se, «contudo, de modo que, nesta espécie de crime, sempre nos inclinemos para a opinião mais benigna, porque, como diz S. Gregorio, poucos se encontram sem o vício da incontinência» (7. *dist. c. quam tua*).

Por isso, tudo bem ponderado, propõe que seja revogada a sentença do Visitador. Mas, como o crime de concubinato estava bem provado, sustenta, por outro lado, que se lhe aplique a pena prevista pelo direito régio, liv. 5, tit. 26.

Este processo de argumentar, baseando-se sempre em normas jurídicas, repete-se num parecer a propósito do Dr. Luís Correia, que fora lente de Cânones na Universidade de Coimbra e cuja posse num canonicato da Sé de Évora, conferida a 10 de Março de 1584, era impugnada pelos agentes do Rei (3).

O documento está escrito em português, com as citações dos cânones em latim. Além do valor confirmativo da ciência canónica de Diogo Mendes de Vasconcelos que nós dele apenas pretendemos extrair, poderá ter interesse para o estudo da causa do Cónego Gaspar Dias Estácio que, por sentença episcopal, foi privado do seu benefício por seguir o partido de D. António, Prior do Crato, contra o domínio de Filipe II (4).

(1) «Haec collegi horis successiuis quae mihi uidentur iuri consentanea saluo meliori iudicio».

(2) Biblioteca Pública de Évora, *Papéis Vários*, (cota ^{CXIX} 1-11*) fl. 14 (numeração a lápis).

(3) Biblioteca Pública de Évora, *Papéis vários* (cota ^{CXIX} 1-11*) fis* 9-12 (numeração a lápis).

(4) Cf. P. José de Castro, *O Prior do Crato*, Lisboa, 1942, pp. 339-348.

16

Interest enim reipub^licæ ne crimina remaneant fortuita
nec potest negari Crimen concubinas aduersus
hanc Ream sufficienter esse probatum. et etiam
scandalum nõ mediocre ex diuturnitate tempo-
ris quo in hoc turpi crimine perseuerast
inter Incolas illius oppidi esse subortum.
quare mihi uidetur ea pena esse illi impone-
da qua iure regio Libri 5. titulo 26. contra
tales clericos concubinas statuitur uidelicet
ut pro secunda vice (quia constat hanc muliere
bis fuisse a visitatoribus admonitam) soluat
quinque aureos et per annum relegatur Extra
diocesim Eborensem. qua pena cõ gravior est
quoniam iam fere per annum exulat à patria iux-
ta mandati seu sententia prefati visitatoris
et mihi uidetur iuris et dispositioni et sacri Con-
cilij Tridentini decretis ac etiam Constitutio-
nibus Gajus Archiepiscopatus (nisi fallor) anse-
tanea. pena autem pecuniaria applicabitur offi-
ciali huius curie Meirinho nuncupato. 11.
hæ raptam et succisimis soris conscripti qua tu
pro tua prudentia boni consulens et corriges. 2

Benjamin de v. M.

Diogo Mendes de Vasconcelos

O Cónego Gaspar Dias Estácio era, além de ardente partidário de D. Antonio, um escritor dedicado à história de Évora, sobre a qual escreveu *Várias Antiguidades* (1).

Finalmente, nos mesmos moldes está elaborada a defesa da viúva do Vice-Rei D. Antão, a qual se queixa de que lhe querem fazer pagar renda por uma casa que comprou, julgando que estava livre de encargos. O documento está também escrito em português. Eis a primeira frase : «Se em algum caso se pode com razão dizer *summum ius summa iniuria est* é neste» (2).

Não é fácil determinar com exactidão a data destes pareceres. Apenas sabemos que devem pertencer a épocas muito diversas. Podemos, no entanto, para os que fornecem dados históricos concretos, tentar uma datação aproximada.

O documento referente ao Dr. Luís Correia tem de ser posterior a 10 de Março de 1584, altura da tomada de posse do canonicato posto a concurso por expulsão do Cónego Gaspar Estácio.

O parecer a favor da viúva de D. Antão tem de ser posterior a 1568, pois foi neste ano que morreu num naufrágio o 9.º Vice-Rei da Índia, D. Antão de Noronha, cujo mandato foi de 1564 a 1568. Mas a sua viúva podia ter-lhe sobrevivido por muitos anos e o documento ser bastante mais tardio.

Quanto ao Bispo de Targa, sabemos que D. Manuel dos Santos já antes de 1550 possuía este título, que foi comendatário do mosteiro beneditino de Paço de Sousa, que foi provedor dos Arcebispos de Lisboa D. Fernando de Vasconcelos e do Cardeal D. Henrique, que trabalhou na Inquisição de Lisboa desde 13 de Dezembro de 1564 e que faleceu em 1570(3).

Todos estes elementos condizem com os termos do processo que se teria levantado pelo facto de o Concílio de Trento, na 23.ª Sessão (15 de Julho de 1563) ter aprovado um decreto sobre a residência obrigatória para todos os que têm cura de almas. É possível que, após algum tempo de exercício da função de ajudante do Inquisidor, alguém tenha levantado a questão de saber se o Bispo de Targa devia ir ou não

(1) Cf. Bento José de Sousa Farinha, *Colecção das Antiguidades de Évora*, 1785, pp. 112-156.

(2) Cf. Biblioteca Pública de Évora, *Papéis vários*, (cota $\psi\gamma\rho$), fis. 7-8.

(3) Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, tomo III, parte II, Coimbra, 1917, pp. 672-673.

para o mosteiro de Paço de Sousa. Nestas condições, o Cardeal D. Henrique teria consultado o Cônego Dr. Mendes de Vasconcelos que exarou um parecer favorável à continuação da situação vigente.

Para o outro parecer não dispomos de qualquer elemento que nos permita datá-lo sequer com aproximação.

Sobre a cultura literária, o estudo da *Obra Poética* dar-nos-á uma ideia de quanto conheceu, assimilou e imitou as literaturas grega e latina. Acentue-se, no entanto, desde já, que Diogo Mendes de Vasconcelos tinha bom conhecimento do grego, como o demonstram vários dos seus epigramas que são uma tradução de textos helênicos.

Aliás, nada nos deve admirar este conhecimento da língua de Homero, uma vez que o próprio tio, D. Gonçalo Pinheiro, aprendeu o grego em Baiona, enquanto os sobrinhos estudavam também, não se importando com a idade e a sua elevada posição social. E em Paris, D. Gonçalo continuou estes estudos com um humanista oriundo da Grécia. Assim se compreende o seu amor aos Padres da Igreja, como S. Basílio, cujas obras sempre o acompanhavam (1).

Do mesmo modo, são notáveis pelo conhecimento do grego, seu primo e companheiro de estudos Miguel Cabedo, o qual, aos 22 anos, traduziu a comédia *Pluto* de Aristófanes, e de quem se diz que falava o grego como se tivesse nascido em Atenas, e seu sobrinho António Cabedo que, apesar de ter falecido apenas com 25 anos, já se impunha pelo seu conhecimento dos autores gregos (2).

Sempre que se lhe proporcionava ocasião, Vasconcelos não deixava de louvar, nos seus amigos, a cultura helênica, como acontece como o Cardeal-Arquiduque Alberto e com Luís Pires (3).

OS ÚLTIMOS ANOS

A publicação das *Antiguidades de Portugal* contribuiu, mais que o trabalho anterior, para se espalhar o nome de Diogo Mendes de Vasconcelos entre os estudiosos. Ele próprio oferecia exemplares aos amigos

(1) Cf. *Vita Gondisalui*, B3 v.

(2) Cf. António dos Reis, *Corpus illustrium poetarum*, Lisboa, 1745, I, pp. 380, 382 e 444.

As obras de Miguel Cabedo, bem como a sua biografia, encontram-se em primeira edição na colecção orientada por seu filho Dr. Gonçalo Mendes de Vasconcelos e Cabedo, Roma, 1597.

(3) Cf. *Obra Poética*, VI e XII.

corrigindo-lhes, porém, primeiro, as gralhas. Em contrapartida, outros amantes da historia enviavam-lhe também as suas produções.

Pedro de Mariz ofereceu, antes de Março de 1595, ao Cónego Dr. Vasconcelos um exemplar dos seus preciosos *Diálogos de Vária Historia*, que também se ocupam das antiguidades de Portugal. É o que se depreende duma carta escrita por Diogo Mendes de Vasconcelos em 10 de Março de 1595, dirigida a Pedro de Mariz, em que lhe agradece e louva o seu livro, entremeando com o elogio em prosa uns versos laudatórios, tudo em latim. No final desta carta, alude ainda aos opúsculos que traz entre mãos e que gostaria de publicar na tipografia de Antonio de Mariz, pai do autor dos *Diálogos de Vária Historia* (1).

Entretanto, as obras de Diogo Mendes de Vasconcelos corriam mundo. Em 1596, a 10 de Novembro, já o sobrinho Dr. Gonçalo Mendes de Vasconcelos e Cabedo escrevia ao Cardeal Aldobrandino dedicando-lhe uma colectânea, que ia imprimir, das obras de Diogo Mendes de Vasconcelos, de Miguel Cabedo e de António Cabedo.

(1) Cf. Pedro de Mariz, *Diálogos de Vária História*, Coimbra, 1598, p. + 4*.

Eis a primeira parte do texto latino desta carta, em prosa bem mais cuidada que a dos pareceres citados anteriormente. Note-se a naturalidade com que Vasconcelos passa da prosa para o verso. Estes versos latinos, indubitavelmente originais e autênticos, não foram incluídos, até ao presente, em nenhuma colecção da obra poética de Diogo Mendes de Vasconcelos.

«Eruditissimo Viro Petro Marizio Iacobus Menaetius Vasconcellus S.P.D..

Litteras tuas accepi, quae me ualde delectarunt, ex illis enim facile perspexi singularem tuam in me benevolentiam, incredibilemque animi candorem cum summa eruditione et multiplici totius antiquitatis peritia coniunctum. Librum uero, quem mihi dono misisti pluris facio quam omnes omnium Regum seu Principum gazas quas apud me pretio et aestimatione longe superat.

Exornent alii Pariis sua tecta columnis,
Atria porticibus distinguant ampla superbis,
Pictaque mirentur uariis aulaea figuris:
Diuitiis inhient, quas felix India mittit:
Tu Patriae commune decus, tu regia profers
Stemmata, Lysiadum meritum tu rebus honorem
Addis et Heroas natos melioribus annis
Faucibus ex aeui reuocas, tenebrisque, sepulcri.

Quis igitur adeo inhumanus et a uirtutis amore, litterarumque cognitione ita alienus reperietur, qui haec tam insignia antiquitatis monumenta, non magnopere admiretur auideque amplectatur?».

A edição saiu em Roma, das oficinas de Bernardo Basam, no ano seguinte, 1597(1).

É mais que provável que o Dr. Gonçalo tenha enviado a seu tio alguns exemplares da edição romana, o que sem dúvida lhe causaria grande satisfação. Este sobrinho era filho do Dr. Miguel Cabedo e de D. Leonor Pinheiro, o primeiro primo e companheiro de estudos de Diogo Mendes de Vasconcelos, a segunda sua irmã. O Dr. Gonçalo Mendes de Vasconcelos e Cabedo editava, portanto, as obras de seu tio, de seu pai e de seu irmão António Cabedo (2).

Referente a estes últimos anos da vida de Diogo Mendes de Vasconcelos pudemos obter ainda outras informações. Existem no Arquivo do Cabido da Sé de Évora as ordens de pagamento às Dignidades, Cónegos, Quartanários, Bacharéis e Capelães das suas prebendas e da cera que a cada um pertencia, relativas aos anos de 1596 e 1597.

No primeiro destes anos, em quinto lugar, após o Deão, o Chantre, o Tesoureiro e o Mestre-Escola, temos: «O Sr. Dr. Diogo Mendes de Vasconcelos há-de haver da sua prebenda trezentos quinze mil oitocentos cinquenta e oito réis + 4 arrobas, 10 arráteis, 3/4 de cera, três réis» ou seja, em dinheiro, mais 16.653 réis, como se anota na margem

(1) *De Antiquitatibus Lusitaniae, libri quatuor, a L. Andrea Resendio inchoati, a Iacobo Mendez de Vasconcellos absoluti: et quintus liber de Municipii Eborensis Antiquitate ab eodem conscriptus. Cum aliis opusculis, uersibus et soluta oratione ab eodem Iacobo Mendez de Vasconcellos, Michaele Cabedio et Antonio Cabedio elaboratis. Quem omnia collegit, emendauit ac Typis summa industria commisit Doctor Gondisaluus Mendez de Vasconcellos et Cabedio, Lusitanus. Romae, apud Bernardum Basam, MDXCVII (carta-prefácio).*

(2) O Dr. Gonçalo Mendes de Vasconcelos era um eclesiástico de grande prestígio. Na *Vida de Miguel Cabedo* (Roma, 1597) diz-se que seu filho Gonçalo foi professor do Colégio de S. Paulo da Universidade de Coimbra, Inquisidor, Conselheiro da Suplicação em Lisboa e Encarregado dos Negocios de Portugal junto de Clemente VIII, por parte de Filipe II. Em Roma foi nomeado Referendário da Secretaria (actual título de Monsenhor) e, além das obras dos seus consanguíneos, publicou também algumas obras suas sobre Direito Canónico e Civil. Informa-nos o P. Manuel Fialho (em *Évora Gloriosa*, Roma, 1728, p. 408) que estes trabalhos foram publicados em 1596 sob o título *Diuersorum iuris argumentorum libri tres cum tractatu de sententiis Inquisitionis*, dedicados a Clemente VIII; e ainda que Mons. Dr. Gonçalo Mendes de Vasconcelos veio depois para Évora tomar posse do canonicato que seu tio nele renunciou. Esta renúncia só pode ter sido em 1598 ou 1599, pois que em 1597 ainda o Cónego Dr. Diogo Mendes recebeu a sua prebenda, como veremos.

esquerda do documento. Imediatamente a seguir a esta discriminação, está a assinatura autógrafa de Diogo Mendes de Vasconcelos.

Neste ano, o Deão e o Chantre receberam 631.716 réis. A segunda prebenda em valor é a de Vasconcelos, Tesoureiro e alguns mais. Outros receberam muito menos (1).

Nos mesmos moldes está feito o documento referente às prebendas de 1597. Neste ano o Deão e o Chantre receberam 613.930 réis; o Tesoureiro 306.963 réis; o Mestre-Escola 296.032 réis. Em seguida lê-se : «O Sr. Dr. Diogo Mendes de Vasconcelos há-de haver da sua prebenda trezentos e seis mil novecentos sessenta e cinco réis, + 3 arrobas, 21 arráteis de cera e 12 réis e meio em dinheiro.» Também aqui se segue a assinatura autografa de Diogo Mendes de Vasconcelos. Na margem direita está a indicação 306.695; e 14.052 1/2 na margem esquerda (2).

A última notícia que conseguimos encontrar sobre Diogo Mendes de Vasconcelos é uma carta escrita por Pedro de Mariz, a 8 de Abril de 1599, em que começa por se justificar por ter tardado tanto a responder à carta recebida em 1595. E dá a razão: — em primeiro lugar porque desejava oferecer-lhe a segunda edição dos *Diálogos de Vária História*, depois porque a peste e uma série de lutos na família o impediram.

Já nos referimos por duas vezes a esta carta (3). Eis o seu endereço completo, com certo ar de solenidade: «Sapientissimo Domino Doctori Iacobo Menaetio Vasconcello, Eborensi Canonico Doctorali et ibi uno ex haereticae prauitatis acerrimis propugnatoribus, Petrus a Mariz, salutem.»

Após louvar os antepassados e a obra de Vasconcelos, faz votos por que Deus lhe dê felicidade e longa vida. Este último desejo não se realizou. Vasconcelos morria oito meses e meio depois (4).

(1) Cf. no Arquivo do Cabido da Sé de Évora o documento com a cota CD XIV. Na transcrição destes documentos actualizámos a grafia.

(2) Cf. no Arquivo do Cabido da Sé de Évora o documento com a cota CD XV. Nestas assinaturas nota-se perfeitamente que Mendez e Vasconcelos estão escritos, respectivamente com z e um só l, enquanto o Secretário do Cabido escrevia Mendes de Vasconcellos, com s e com dois ll.

(3) Cf. pp. 1 e 18.

(4) Cf. Pedro de Mariz, *Diálogos de Vária História*, Coimbra, 1598, pág. + +v. e segs. Como se vê, também neste livro, apesar de a portada ter a data de 1598, se inclui um documento posterior. A prática de tipografia explica-nos como a carta de 8 de Abril de 1599 pôde ser inserida na obra.

MORTE E SEPULTURA

Sabemos que até aos 68 anos de idade, isto é, até 1591, foi boa a saúde de Diogo Mendes de Vasconcelos, pois, até então, só tivera em Évora uma doença perigosa, em 1580, como já vimos. Na poesia que dedica a Alter do Chão, escrita provavelmente no fim desse ano, ainda faz referência aos seus males. Diz que ao ver a sua terra natal lhe voltou imediatamente o vigor aos membros, se dissipou a nuvem que sentia sobre a cabeça e desapareceu a dor que lhe oprimia o coração (1).

Doze anos mais tarde, porém, na carta escrita a Filipe II, em 2 de Dezembro 1592, o Cónego Dr. Vasconcelos diz que só a dedicação ao Rei o levou a empreender os seus trabalhos históricos, «em tão avançada idade e já sujeita a tantas moléstias» (2).

Conseguimos até obter um pormenor curioso sobre os seus achaques. Numa carta escrita em português, dirigida a Pêro Afonso de Vasconcelos, familiar do Arcebispo de Évora, começa por dizer que para lhe responder convenientemente teria «necessidade de melhor disposição do que é a com que ao presente me acho, porque tive esta tarde uma dor de dentes estranha e cuidoo que se me causou da névoa e humidade da manhã» (3).

Veremos, ao estudar o seu carácter, que a Morte não o preocupava muito, nem lhe inspirava composições lamentosas. Uma poesia consagrada ao dia do seu aniversário, que ocorria a 1 de Maio, é cheia de optimismo e uma das mais belas expressões do seu colorido lirismo (4). Todavia, a Morte, implacável, veio.

É a inscrição da sua sepultura que nos fornece o dia do seu óbito. Faleceu no dia 24 de Dezembro de 1599. Diogo Barbosa Machado é quem nos transmite esta inscrição e nos informa de que «jaz sepultado na Catedral, em a nave do Lenho, junto da escada do coro» (5).

(1) Cf. *Obra Poética*, IV, v. 21-25.

(2) *De Antiquitatibus Lusitaniae*, 1593, A.

(3) Cf. *Fundo Geral de Manuscritos*, na Biblioteca Nacional de Lisboa (cota FG, 8 571). A folha 181 (marcador mecânico) contém urna carta autógrafa de Diogo Mendes de Vasconcelos, assinada no fim. Mais adiante tratamos demoradamente do conteúdo desta carta e das personagens que nela se referem (pp. 60-61).

(4) Cf. *Obra Poética*, XIII.

(5) Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, I, p. 660.

OBRA POÉTICA DE DIOGO MENDES DE VASCONCELOS 53

A pedra tumular tinha ao cimo as armas dos Vasconcelos e por baixo o seguinte epitáfio mandado gravar por seu sobrinho Gonçalo Mendes de Vasconcelos:

D. O. M.

Iacobo Mendes de Vasconcellos Doctorali huius Ecclesiae Canonico et in hac Ciuitate Inquisitori Apostolico atque utriusque Iuris Consulto humanarum litterarum peritissimo Gonçalus Mendes de Vasconcellos Auunculo meritissimo posuit. Obiit anno salutis nostrae 1599 die 24 Decembris (1).

Procurámos na Sé Metropolitana de Évora, não só junto das escadas do coro de ambas as naves, mas por outros lados, e não pudemos encontrar já a sepultura de Diogo Mendes de Vasconcelos, nem sequer a lápide com o seu epitáfio. Foi certamente na remodelação do pavimento que a Sé sofreu em meados do século xviii que a sepultura foi exumada e a lápide aplicada a qualquer uso. O mesmo desconhecido destino levaram muitas outras pedras sepulcrais que cobriam as naves da Sé, com excepção de algumas de Arcebispos e da do Chantre Manuel Severim de Faria, figura prestigiosa do Cabido Eborense, no século xvii (2).

Maior carinho mereceu a sepultura de André de Resende, cujos ossos foram exumados na Igreja da Ordem Dominicana e trazidos para uma arca tumular colocada na Sé, ao cimo da nave do lado da Epístola. Esta transladação fez-se em meados do século xix, como se lê na respectiva inscrição.

Há, contudo, ainda hoje, na Sé de Évora várias inscrições tumulares referentes a membros da família de Diogo Mendes de Vasconcelos. Ao cimo da nave do lado do Evangelho, há, à esquerda, uma capela

(1)O epitáfio abre com as iniciais D. O. M. usadas nas inscrições romanas para significar a consagração a Deus Ótimo Máximo. Os cristãos do Renascimento adoptaram as mesmas iniciais, referindo-as não a Júpiter, mas ao Deus verdadeiro.

A tradução do epitáfio é a seguinte: «Para seu extremoso tio Diogo Mendes de Vasconcelos, Cónego Teólogo desta Igreja e Inquisidor Apostólico nesta Cidade, formado em um e outro Direito e muito versado em letras clássicas, mandou fazer esta sepultura Gonçalo Mendes de Vasconcelos. Morreu no dia 24 de Dezembro do ano da nossa Redenção de 1599.»

(2)Estas informações, por nós confirmadas, foram-nos fornecidas pelo Sr. Túlio Espanca, editor da revista *Cidade de Évora* e publicista.

lateral que foi mandada fazer por João Mendes de Vasconcelos, em 1530. Além da lápide truncada que está do lado esquerdo, ao alto, na parede exterior, existem ainda lá quatro lápides embutidas nas paredes interiores. Vamos referir-nos a elas, porque podem ajudar-nos a compreender a posição social e política da família Vasconcelos.

O fundador da capela, João Mendes de Vasconcelos, era também descendente do Mestre da Ordem de Santiago, Mem Rodrigues de Vasconcelos (1). Morreu em 1541. Foi Morgado do Esporão, Conselheiro de D. Manuel e de D. João III e embaixador na Corte de Carlos V.

Do mesmo lado do Evangelho está a lápide de Álvaro Mendes de Vasconcelos, filho do anterior.

Do lado da Epístola está o epitáfio de João Mendes de Vasconcelos, neto do fundador, que foi do Conselho de D. Sebastião, de D. Henrique e de Filipe II. Morreu em 1583.

A última inscrição refere-se a Manuel de Vasconcelos que restaurou a capela em 1620 e que juntou ao Morgadio do Esporão o das fazendas de sua segunda mulher D. Helena de Noronha, com o encargo de duas missas quotidianas na capela e uma cantada no aniversário do falecimento dela.

Por aqui se vê que o Morgado do Esporão cuja idade mais condizia com a de Diogo Mendes de Vasconcelos esteve também nas boas graças de três Reis, não se alterando a sua posição com a posse de Filipe II de Espanha. A situação política em Évora favorecia, em parte, a causa do Monarca espanhol. Desde que o Duque de Bragança prestou juramento de fidelidade, em Dezembro de 1580, as dúvidas e resistências, no geral, devem ter desaparecido. A oposição do Cónego Gaspar Dias Estácio foi severamente punida pelo Arcebispo D. Teotónio de Bragança (2).

RETRATO FÍSICO E MORAL

Não conhecemos nenhum retrato físico de Diogo Mendes de Vasconcelos e o que sabemos dos seus familiares não nos pode levar a uma conclusão segura. De sua mãe diz ele que «era de estatura elevada» e de

(1) Também este dado genealógico nos foi fornecido pelo Sr. Manuel Rosado de Vasconcelos.

(2) À evolução política após a morte de D. Henrique e ao caso do Cónego Gaspar Estácio fizemos referência mais explícita na devida altura, pp. 26-27, 46-47.

«agradável beleza de rosto» (1); de seu tio D. Gonçalo informa também que era alto, forte, de olhar manso e vivo (2); de seu primo e condiscípulo João Pinheiro sabemos que era «homem grande e envolto em carnes» (3). Tudo isto nos inclina a pensar que o aspecto físico de Diogo Mendes de Vasconcelos seria agradável e de altura razoável. No entanto, temos informações de que o outro seu primo e condiscípulo Miguel Cabedo era «de baixa estatura, de cor branca, cabelo louro e rosto alegre» (4).

Mais certo é o seu retrato moral, pois este podemos fazê-lo pela observação da sua obra.

A vida, encarava-a com optimismo. Referindo-se aos tempos da sua actividade em Évora, chama-lhe «anos floridos da vida» e «a parte mais agradável da existência» (5). A própria Morte nunca lhe inspira palavras de desolação. Num epitáfio a uma mulher que morreu de parto aos vinte e dois anos, os seus votos são de felicidade para o filhinho da falecida (6). A morte do troiano Heitor, como a de Cristóvão da Gama ou o epitáfio duma mulher espartana são ocasião de exaltar a bravura nos combates e o amor da Pátria (7). Num outro epitáfio de um homem começa-se mesmo por dizer que não se deve acusar o Destino, pois aquela morte não é motivo para lágrimas. A vida correu com felicidade e a morte foi apenas a passagem do sono para as mansões elisias (8). Uma só vez qualifica o Destino de «invejoso» da felicidade humana — é quando lamenta a morte de D. Sebastião (9).

Este temperamento optimista proporciona-lhe o apreço pelas belezas da natureza e o culto das amizades. Na sua poesia, há versos de um lirismo enternecido, cheios de musicalidade, de brandura e de cor. Os primeiros 34 versos da composição dedicada à sua terra natal, bem como a saudação à casa em que nasceu, estão repassados do mais puro

(1) *Vita*, n.º 11.

(2) *Vita Gondisalui*, B 2 v.

(3) Mons. José da Castro, *Os Portugueses em Trento*, in *Lumen*, Set.-Out., 1961, p. 757 (vol. XXV, fase. IX-X).

(4) P.º Antonio dos Reis, *Corpus Illustrium Poetarum*, I vol., Lisboa, 1745, p. 381.

(5) *Obra Poética*, II, v. 85-86.

(6) *Ibid.*, XV.

(7) *Ibid.*, XIV, XI, XVII.

(8) *Ibid.*, XVI.

(9) *Ibid.*, III, v. 5.

sentimento de alegria íntima (1); e a poesia ao dia do seu aniversário natalício manifesta um delicado gosto de viver, faz uma colorida descrição da Primavera e expõe o seu conceito da vida (2).

Podemos até saber as suas preferências sobre o local em que gostava viver em cada estação do ano. No Inverno preferia a Quinta da Silveira; no Verão, o repouso de Setúbal; no Outono, a vida em Évora; e na Primavera a visita aos monumentos da antiguidade romana. Achava preferível esta tranquilidade de vida às preocupações que dão o governo dos povos e a guarda das riquezas (3).

Os bens deste mundo parece que não o seduziam. Contra os avaros escreveu dois epigramas, num dos quais reprova aquele que se preocupa com amalhar muito para deixar aos herdeiros, mas vive na miséria (4). Quanto às riquezas, diz que devemos usar delas como se estivéssemos para morrer, mas poupando-as como se tivéssemos à frente uma longa vida (5).

A sua obra, tanto jurídica como literária, não o envaidece. Reconhece, é verdade, o esforço que despendeu e o mérito do seu trabalho, ao dizer que lutou pela Pátria, pela Religião e pelas Leis e que cumpriu o seu dever com honra e com o louvor de todas as classes sociais (6), mas ao mesmo tempo revela-se modesto. Fala da consciência que tem do seu pouco engenho (7) ; reconhece-se muito inferior a André de Resende (8); foge a pronunciar-se sobre o modo como se desempenhou das funções oficiais, preferindo ater-se ao juízo alheio (9); confessa que tem vergonha de se louvar a si próprio e receia que julguem que procura a vanglória (10).

A dedicação às pessoas da sua família, aos seus amigos, aos superiores e aos grandes ideais é outra característica do seu espírito. Começa

(1) *Obra Poética*, IV, 1-34, 106-108.

(2) *Ibid.*, XIII.

(3) *Ibid.*, X.

(4) *Ibid.*, XXIV.

(5) *Ibid.*, XX.

Servimo-nos das poesias traduzidas do grego porque, embora não originais, revelam as preferências ideológicas de Diogo Mendes de Vasconcelos.

(6) *Ibid.*, VI, v. 66-70.

(7) *Ibid.*, VI, v. 52-54.

(8) *Ibid.*, IV, v. 140-141.

(9) *Vita*, n.º 52.

(10) *Vita*, n.º 58.

a sua autobiografia dizendo que nasceu de «bons e piedosos pais» e insiste em que seu pai era «varão de costumes irrepreensíveis e de piedade insigne para com Deus, bem conhecido pela integridade da sua vida» (1). De sua mãe afirma que «foi de virtude incomparável, singular prudência e notável pela austeridade incrível dos seus costumes» (2). Do tio D. Gonçalo faz um largo elogio das suas virtudes, caridade para com os pobres, zelo, frugalidade, constância, paciência e modéstia. Expressamente declara que se não irava, não dizia mal de ninguém e evitava a gabarolice e a vanglória (3).

Assinala a amizade que contraiu com as pessoas das suas relações — com os primos, principalmente Miguel Cabedo (4) ; com os outros Inquisidores (5) ; com os Távoras, com Castilho, com Nunes, com Inácio (6), com Pedro Sanches e Luís Pires (7).

Igualmente se tornou querido das pessoas da mais alta categoria social com as quais entrou em contacto. D. João III envia-o a Trento e recebe-o no regresso (8); o Cardeal D. Henrique recebe-o como Cónego na Sé de Évora e, quando Rei, encarrega-o de rever e continuar a obra de André de Resende (9); D. Sebastião consulta-o sobre a campanha de África e quer conservá-lo num posto de relevo (10); Filipe II recebe-o afavelmente em Lisboa, é saudado por ele em Évora (11) e é «padrinho» do *De Antiquitatibus Lusitaniae* (12) ; o Cardeal-Arquiduque Alberto mereceu-lhe a dedicatória da primeira obra que publicou, um «Panegírico» e uma saudação (13); o Duque de Sabóia recebeu dele pelo menos uma poesia e uma carta de parabéns por ocasião do casamento (14); o Cardeal Mateus Contarelli hospedou-se em sua casa e

- (1) *Vita*, n.º 1.
- (2) *Vita*, n.º 11.
- (3) Cf. *Vita Gondisalui*, A1, 2.ª p.; A3 2.ª p.; B3.
- (4) *Vita*, n.º 4, *Obra Poética*, II, v. 22-23.
- (5) *Vita*, n.º 43.
- (6) *Obra Poética*, II, v. 24-39.
- (7) *Obra Poética*, XII.
- (8) *Vita*, n.º 24 e 38.
- (9) *Vita*, n.º 39; *De Antiquitatibus Lusitaniae*, A1, 2.ª parte v.
- (10) *Obra poética*, II, v. 94-95, 133 e segs.; *Vita*, n.º 53.
- (11) *Vita*, n.º 57. *Obra Poética*, V.
- (12) *De Antiquitatibus Lusitaniae*, A.
- (13) *Vita Gondisalui*, A; *Obra Poética* VI e XXVIII.
- (14) *Obra Poética*, III e *Vita Gondisalui*, D v e D2.

respondeu afavelmente a uma carta sua (1); o escritor André de Resende, bem como outros humanistas de prestígio, foram são amigos (2).

Quanto dissemos sobre a dedicação de Diogo Mendes de Vasconcelos à Casa de Austria pode ferir a nossa sensibilidade patriótica. Hoje que vemos a História de Portugal à luz de oito séculos de independência e que nos pronunciamos sobre a dominação filipina pensando na Restauração de 1640, parecem-nos traidores os portugueses que não fizeram guerra aberta a Filipe II e se adaptaram facilmente à nova situação política. A explicação da atitude de Vasconcelos, bem como da Nobreza e da maior parte da Nação, deve procurar-se, porém, na ideologia então vigente sobre o direito sucessório e num complicado conjunto de circunstâncias.

Com menos indulgência vemos ainda as atenções com que cumoulou os Áustrias. Os elogios poéticos e a dedicatória das obras dão-nos, por vezes, a impressão de adulação, de subserviência perante os poderosos. As expressões entusiastas a exaltarem as qualidades dos governantes, assim como a exagerada confissão de humildade, provocam em nós um sentimento de compaixão.

No entanto, não nos parece que esta posição se deva interpretar como solicitação ou agradecimento de benesses e privilégios. Que saibamos, da Casa de Áustria, Vasconcelos apenas recebeu as licenças para publicar as suas obras, facto que não constitui título especial de excepção e favor.

As atitudes que toma em face dos detentores do poder são, aliás, bem características dos homens de letras do Renascimento. Ciosos do seu saber, exaltam o mérito da sua arte e, ao mesmo tempo, talvez por sugestão da Antiguidade, procuram um Mecenas que os proteja, cujas virtudes e feitos louvam em termos encomiásticos. O mecenatismo é uma instituição típica da época, desde que nos séculos xiv e xv, na Itália, os Papas, os Feltres, os Gonzagas, os Estes ou os Médicis, começaram a proteger literatos e artistas.

Em Portugal a protecção da Corte era procurada, portanto, com a maior naturalidade. Se por um lado daí resultavam vantagens para os escritores, por outro ficava, em parte, diminuída a sua independência intelectual. «O homem de letras independente — diz o Prof. Doutor Costa Pimpão — é, naquela época, uma entidade desconhecida, e não

(1) *Vita Gondisalui*, D3, v.

(2) Cf. *Vita Lucii Andreae Resendii e Obra Poética*, II, 37-39 e XU.

deixaria de ser paradoxal aos que procuravam, justamente, a dependência. Longe da Corte, o homem de letras não se desprende dos seus interesses. Sá de Miranda, no seu refúgio da Tapada, reúne a obra poética para o seu esperançoso Mecenaz, o príncipe D. João; Camões, na Índia, ao escrever as estrofes dos *Lusíadas*, pensa no futuro Rei; Gil Vicente, satírico de gênio, poupa a Corte, a cujo serviço está.»(1)

Insistindo noutra parte sobre este aspecto da personalidade de Mestre Gil, a propósito do Auto da *Barca da Glória*, em que, inesperadamente, os grandes do mundo se salvam, escreve o mesmo historiador da nossa Literatura: «Este remate é paradoxal: as almas pecadoras nunca deveriam ter sido embarcadas para o Paraíso; fazendo-o, Gil Vicente patenteou a sua dependência; não teve coragem de manter a rigidez moral das suas primeiras cenas — em que se ocupou de gente de baixo estado — e procurou no trânsito glorioso das figuras do último Auto um motivo de adulação aos grandes da terra» (2).

Vasconcelos procurou também as boas graças da Corte. Mas no seu tempo, o ceptro passou das mãos de Reis naturais de Portugal para as de outros que, embora da linhagem real portuguesa, eram estrangeiros. A posição adoptada por ele nesta emergência foi a da maioria dos homens da sua posição. Com isso não julgavam comprometido o seu patriotismo.

Não podemos duvidar do ardente amor de Diogo Mendes de Vasconcelos à Pátria portuguesa. A composição sobre a *Sua partida de Évora* é toda ela, desde o verso 95 até ao fim (verso 299), um vigoroso canto de exaltação patriótica. D. Sebastião pedira-lhe conselho sobre a ida a Marrocos e ele tenta dissuadi-lo. Porém, como não consegue este intento, exorta-o a que, ao menos, vá fortemente preparado. A resposta do jovem Monarca provoca-lhe estas expressões doloridas: «Mas a minha alma ardia em amor da Pátria» e «Eu era atormentado no coração angustiado com preocupações de inquietação» (3).

As glórias de Portugal enchem a sua alma. Refere com admiração os feitos dos antigos Reis (4) e vibra com o poderio dos Portugueses, adquirido por meio dos descobrimentos. Na poesia à Cidade de Lis-

(1) Álvaro J. da Costa Pimpão, *História da Literatura Portuguesa*, II, pp. 93-94.

(2) *Id. ib.* pág. 152-153.

(3) *Cf. Obra Poética*, II, 290-293.

(4) *Cf. Obra Poética*, II, 248-249; V, 8-12.

boa canta os navios que do Tejo partem por todos os mares, que «bebem as águas do Ganges» e que dominam os «Reis da Arábia e da Índia» (1). A D. Sebastião apresenta o exemplo dos portugueses que penetraram «nas terras do Sol Nascente» e forçaram «o Ganges a servir o Tejo» (2). Reflectindo sobre a época áurea de prosperidade nacional, diz que então «os subjugados Árabes, Persas, Garamantes e Indianos, e outros povos sem conto, levantavam até aos astros de oiro (...) o nome dos Portugueses» (3). A Índia, sobretudo, exerce sobre o seu espírito uma sedução especial. Celebra o Gama como «vencedor do mundo oriental» (4) ; fala de colares matizados «de pedras orientais» (5) e das «riquezas que a ditosa Índia produz» (6). A morte de Cristóvão da Gama, que se bateu gloriosamente na Etiópia, é objecto de um epitáfio exaltador (7).

Tudo isto nos prova que o patriotismo de Diogo Mendes de Vasconcelos era sincero e ardente. A sua dedicação à Casa de Austria tem, pois, que se entender dentro do espírito e condicionalismo da época.

Das relações com os seus Arcebispos pouco sabemos, além das havidas com o Cardeal D. Henrique (Arcebispo de Évora por duas vezes de 1540 a 1564 e de 1574 a 1578). D. João de Melo e Castro (1564-1574) conhecia-o desde o tempo em que, em 1552, se tinham encontrado em Trento, na segunda fase do Concílio. D. João de Melo era então Bispo de Silves, e Vasconcelos fazia parte da embaixada do Rei de Portugal.

O Arcebispo D. Teotónio de Bragança (1578-1602) não podia deixar de lhe ser querido, uma vez que era filho do Duque D. Jaime, junto de quem Vasconcelos viveu em criança, em Vila Viçosa. É ele o «Sr. Arcebispo» de que fala numa carta a Pêro Afonso de Vasconcelos, jurista de grande ciência e virtude, familiar da Casa de D. Teotónio que o mandou a Madrid e Roma como seu Delegado (8). Aí se escreve: «Fui ao Cabido e acerca do que pertence ao serviço de S. Ill.^{ma} *functus*

(1) *Obra Poética*, I, 18-26.

(2) *Obra Poética*, II, 245-247.

(3) *Obra Poética*, II, 125-127.

(4) *Obra Poética*, XI, 1.

(5) *Obra Poética*, XII, 13.

(6) *Obra Poética*, XXIX, 4.

(7) *Obra Poética*, XI.

(8) É a carta a que já nos referimose que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa (cota FG 8.571, fl. 181). Aqui se diz também que Amador de Sequeira, por quem Diogo Mendes de Vasconcelos intercede, é «irmão de António de Sequeira

sum officio meo e por certo que tudo sucederá como convém ao serviço de Deus e bem da Igreja, que é o que o Sr. Arcebispo pretende.» Depois apresenta um caso pelo qual intercede, pedindo a clemência do Sr. Arcebispo.

Esta carta é dos documentos que melhor revelam outra faceta da personalidade moral de Diogo Mendes de Vasconcelos. O caso apresentado resume-se no seguinte: Diogo de Vasconcelos, sobrinho do Cónego Dr. Mendes de Vasconcelos, tem um criado que está acusado no tribunal eclesiástico de ter tido convivência desonesta com uma mulher «estragada e como pública». O agente do Tribunal está para fazer a inquirição das testemunhas. É nesta altura que o Cónego Vasconcelos intervém para «que não se proceda *ad ulteriora*». As razões que apresenta para se suspender o processo revelam um coração compassivo. O criado, chamado Amador de Sequeira, já foi «muito amoestado e reprimido amaramente de mim e de meu sobrinho» ; andou um tempo por fora e esteve também em Lisboa «em figura de soldado», pelo que se admira de o acusarem «de concubinato, que é crime que requer mais continuação» ; enfim, atenda-se a que ele «é músico e se chama Amador e é filho de Évora, a que cá chamam Enxarraminho». Depois de o ter admoestado, o bondoso Cónego Vasconcelos entrega ao músico Amador de Sequeira uma petição dirigida ao Sr. Arcebispo, impetrando misericórdia e absolvição. A bondade manifesta-se até no facto de, após a saída deste criado para Lisboa, o Cónego Vasconcelos tornar a recebê-lo em casa «roto e maltratado» (1).

que serve o Sr. D. João de Bragança». Trata-se do 6.º Duque de Bragança, D. João I, que era neto do 4.º Duque, D. Jaime, e portanto sobrinho de D. Teotónio. D. João casou em 1563 com D. Catarina filha do Infante D. Duarte, pelo que foram pretendentes ao trono, mas acabaram por aceitar as mercês de Filipe II que lhes deu prerrogativas antes não alcançadas pela Casa de Bragança. Como o Duque morreu em 1583 e na carta se diz que António de Oliveira «serve o Sr. D. João», o documento é anterior a esta data e refere-se, portanto, aos primeiros anos do governo episcopal de D. Teotónio.

Sobre o Duque D. João I, cf. *Enciclopédia Luso-Brasileira*, V vol., pp. 12-13. Sobre Pedro Afonso de Vasconcelos, cf. Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, III, pp. 537-538, Lisboa, 1930.

Na primeira transcrição que fazemos a seguir, no texto, deve tratar-se de uma recomendação que o Sr. Arcebispo fez e de que Vasconcelos se desempenhou o melhor que pôde (*functus sum officio meo*). Note-se como esta expressão latina corrente é metida a propósito, no meio do português.

(1) Da parte final desta carta fizemos uma fotocópia, que reproduzimos, contendo no fim a assinatura autografa de Diogo Mendes de Vasconcelos. Julgamos que

Os Pareceres que encontramos na Biblioteca Pública de Évora confirmam a propensão de Diogo Mendes de Vasconcelos para a compaixão. Baseando-se sempre no Direito e na defesa da Justiça, manifesta compreensão pelos casos particulares, não só quando defende o Bispo de Targa, o Cónego Dr. Luís Correia ou a viúva do Vice-Rei D. Antão, mas sobretudo ao pedir a diminuição da pena para uma mulher que estava para ser duramente punida. A fraqueza da natureza humana inspira-lhe compaixão e incita-o à benevolência (1).

Não menos admirável é o seu sentimento de gratidão. Os seus trabalhos fã-os por amor à Pátria e aos amigos (2), em defesa das leis sagradas e da Religião (3). Manifesta o seu reconhecimento às cidades em que foi educado — Évora (4) e Bordéus (5) e sobretudo a seu tio. O final da *Vida de D. Gonçalo* é expressão comovida da gratidão que lhe vai na alma: «Ofereci-Vos, ó caríssimo tio, e como que pai amorosíssimo, ofereci-Vos, digo, se não o que a Vossa virtude e grande dedicação por mim pareciam exigir, ao menos o que o meu enorme amor, ou antes veneração para convosco me forçou a retribuir-Vos; com razão eu poderia ser tido como ingrato se hesitasse em dar à posteridade esta pequena recordação Vossa, como penhor do meu reconhecimento e dedicação para convosco» (6).

a alcunha de «Enxarraminho» é derivada da ribeira de Xarrama que corre perto de Évora. Na leitura desdobrada e com a grafia actualizada que damos a seguir, há uma palavra que não encontramos nos léxicos — «esparanais» —, mas cujo significado parece ser «defeitos». Note-se que Vasconcelos joga com o nome de Amador para o desculpar da sua tendência amorosa.

Eis a transcrição: «requer mais continuação, mas como ele é músico e se chama Amador e é filho de Évora a que cá chamam Enxarraminho não me espanto de acharem-lhe mil esparanais (?). Nem eu quis interceder por ele senão agora depois de estar já censurado e ir à mesa da consulta, onde ontem à tarde apareceu, por mandado de António de Oliveira; e ele lhe disse que fizesse petição ao Senhor Arcebispo, a qual agora leva. Alarguei-me mais do que quisera. *Sed nulla cunctatio longa de salute animae*. Nosso Senhor, etc.. Beijo as mãos de Vossa Mercê.

(a) Diogo Mendez de Vasconcelos».

(1) Já nos referimos mais demoradamente a estes pareceres nas pp. 44-48.

(2) *Obra Poética*, IV, v. 143-144.

(3) *Obra Poética*, II, v. 19-20.

(4) *Vita*, n.º 39.

(5) *Do Município Eborense*, trad. de Bento José de Sousa Farinha, 1785, p. 42.

(6) *Vita Gondisalui*, B3 v.

Eis as próprias palavras latinas desta prosa cheia de sentimento e ardor: «Praestitit tibi, o carissime auuncule, imo indulgentissime parens, praestitit inquam, si non

prezado de conuiznao q
Requere mais continuacao, mais como elle he
renusico e se chama amador e se feizo
deuora do ca. chama Enxarminho no
mes tanto de ha relhe mil. espiraners. ne
Ea qus me i ceder por elle. Se no a daora des
por de far de encurado e ir qamesa da
consulta onde o tem a tarde appareo
por mandado d'ha. d'haueira. E elle se
dise q fe se pebio da so. E achis so
aqui q agora se ha. A q me me mais do
q. quise. Se a multa chutaba longa de sa
E me a nome. no so so. E de.
Dejo as maos de V. m.

Diogo Mendes Vasconcelos

Estes sentimentos de piedade familiar completam-se com a vivência dos valores religiosos. Diogo Mendes de Vasconcelos não escreveu poesias tendo como fundo, directamente, temas espirituais e cristãos. Contudo é fácil de descortinar, por detrás do seu lirismo, urna alma verdadeiramente piedosa.

Por influência da mentalidade dos humanistas, que pretendiam imitar os clássicos servindo-se das suas próprias expressões, a terminologia religiosa cristã está quase sempre oculta e substituída pelas palavras de Religião usadas pelos poetas antigos. Mas o seu conteúdo espiritual é, em Vasconcelos, inteiramente cristão.

Fala da sua ida para Évora tomar posse do canonicato como se se tratasse de um iniciado, participante dos mistérios (*mystes*), dizendo logo a seguir que é como sacerdote que entra nos templos e presta serviço no altar (1).

Poucas vezes invoca a Deus sob uma designação inteiramente cristã, como *Deus omnipotens* (2). Geralmente usa expressões comuns da poesia clássica, como por exemplo *Pia Numina* (3), *Dii Immortales* (4), *Superi* (5), *Moderator Olympi* (6) ou mesmo *Tonans* (7); chama a Jesus *Numen Christi* (8), aos Santos *Diui* (9), aos altares *ara Diuum* (10). Inteiramente cristãs são porém as expressões referentes ao Espírito Santo — *almus Spiritus* (11); e à Santíssima Virgem que invoca como *caeli Regina* (12) e como *regia Virgo* (13).

id, quod tua uirtus, ac summa in me merita, exigere uidebantur: saltem id, quod incredibilis meus erga te amor, uel potius pietas persoluere coegit, merito enim ingratus haberi possem, si hanc qualemcunque tui memoriam, ueluti quodam meae erga te obseruantiae, et necessitudinis pignus, posteritati tradere dubitassem».

(1) *Obra Poética*, II, v. 73-75.

(2) *Ibid.*, II, v. 296.

(3) *Ibid.*, II, v. 106.

(4) *Ibid.*, IV, 80.

(5) *Ibid.*, 11,74.

(6) *Ibid.*, 11,118.

(7) *Ibid.*, II, 109.

(8) *Ibid.*, XI, 7.

(9) *Ibid.*, XIII, 4.

(10) *Ibid.*, II, 117.

(11) *Ibid.*, IV, 81.

(12) Final do *De municipio Eborensi*, no *De Antiquitatibus Lusitaniae*, 1593, fol. 46.

(13) *Obra Poética*, IV, 81.

Os fiéis são designados por *Christicolae* (1), termo de sabor clássico, mas, evidentemente, do vocabulário cristão.

O seu conceito da vida é inteiramente espiritualista e orientado para a vida futura. Na carta ao Cardeal Contarelli elogia os homens cuja honra assenta apenas na virtude, prudência e fidelidade à Igreja. Aqueles que sobem a grandes cargos — diz ele — mercê de circunstâncias favoráveis e não por méritos próprios, ao cessar a protecção que os sustentava caem nas maiores desgraças. Tal não acontece a quem só se fia da virtude. Esses permanecem firmes, caia a sorte para onde cair (2).

A preocupação maior do homem deve ser a salvação da sua alma. Este pensamento exprime-o claramente na carta a Pêro Afonso de Vasconcelos em que intercede por Amador de Sequeira. A última expressão é esta: «Alarguei-me mais do que quisera. *Sed nulla cunctatio longa de salute animae*» (3). Reconhece, portanto, que nunca é demasiado o tempo que se gasta a tratar da salvação da alma.

O fim último da existência humana é a glória de Deus, o Seu serviço na terra, a posse da Bem-aventurança no Céu. Ainda que de passagem, também estas ideias aparecem nas obras de Diogo Mendes de Vasconcelos. Na composição sobre o dia primaveril do seu aniversário termina assim: «Feliz de mim que nasci no tempo mais lindo do ano! Mas verdadeiramente feliz é aquele que sabe orientar todos os dias da sua vida para o serviço de Deus Supremo» (4).

O contraste entre a vida presente e a futura é assinalado a propósito da morte de seu tio D. Gonçalo Pinheiro. Dele diz que «desta vida caduca partiu para a outra, eterna e feliz» (5). Do mesmo modo, sobre André de Resende afirma que, cumpridos os seus anos, foi levado «para melhor vida» (6).

A felicidade eterna é a maior recompensa que pode desejar aos seus amigos. Por isso, dirigindo-se ao Cardeal-Arquiduque Alberto da Áustria, exclama: «Oxalá que, depois de terdes ultrapassado os anos

(1) *Obra Poética*, XI, 6.

(2) Cf. *Vita Gondisalui*, D2 v. e D3.

(3) Biblioteca Nacional de Lisboa, FG 8 571, fl. 181 verso.

(4) *Obra Poética*, XIII, v. 17-20.

(5) Cf. *Vita Gondisalui*, B2, v.

(6) Cf. *Obra Poética*, IV, 129.

OBRA POÉTICA DE DIOGO MENDES DE VASCONCELOS 65

de vida de Nestor, os Vossos méritos contribuam para entrardes no Céu, objecto das nossas aspirações» (1). Que Deus misericordioso tenha aplicado a Diogo Mendes de Vasconcelos este seu último voto!

REFERÊNCIAS E ELOGIOS

Na biografia que acabámos de traçar, procurámos reunir, interpretar e situar na sua época todos os elementos que se nos depararam, com interesse, sobre Diogo Mendes de Vasconcelos. Este escritor não foi, porém, um desconhecido ao longo dos séculos. Mesmo em vida, e várias vezes após a morte, muitos eruditos a ele se referiram em palavras elogiosas, tanto em prosa como em verso.

A mais antiga referência que conhecemos encontra-se em Duarte Nunes de Leão, nas *Censurae in libellum De Regum Portugaliae origine qui Fratris Iosephi Teixerae nomine circumfertur. Item de uera Regum Portugaliae Genealogia liber*, editado em Lisboa, em 1585, portanto antes da publicação do primeiro trabalho conhecido de Diogo Mendes de Vasconcelos. Apesar disso, Nunes de Leão, depois de citar, contra Fr. José Teixeira, a autoridade de André de Resende, que classifica de «o maior investigador das antiguidades de Portugal», apoia-se também em Diogo Mendes de Vasconcelos, nos comentários ao *De Antiquitatibus Lusitaniae*, chamando-lhe «muito erudito em todos os ramos das letras e do direito e, em poesia, digno de ser comparado aos antigos poetas clássicos» (2).

Manuel de Faria e Sousa, na *Europa Portuguesa* (tomo I, p. 21, edição de 1678) ao reivindicar para Évora a naturalidade dos «três irmãos Vicente, Sabina e Cristeta, mártires», apresenta a seu favor a autoridade do «doutíssimo André de Resende e Diogo Mendes de Vasconcelos, não menos douto», porque estes autores são seguros nos estudos da antiguidade e também «em sinceridade e isenção de preconceitos e partidarismos».

O P.^e Manuel Fialho, na sua *Évora Gloriosa* (Roma, 1728, p. 407), ao mencionar os cónegos ilustres da metrópole alentejana, diz de Diogo

(1) *Obra Poética*, VI, v. 123-124.

(2) Eis a expressão latina de Duarte Nunes de Leão (fl. 3) : «Iacobus Menoetius Vasconcellus, tam omnium litterarum quam iui is scientissimus, et in carmine cum veteribus illis comparandus.»

Mendes de Vasconcelos: «Foi eruditíssimo e eternamente benemérito da nossa cidade.» E apresenta, como razão deste elogio, o facto de o Cónego Vasconcelos ter escrito o *De Municipio Eborensi*, de ter ordenado e comentado o *De Antiquitatibus Lusitaniae* e ter composto ainda outras obras.

Diogo Barbosa Machado, que foi quem dedicou mais atenção à vida e obra de Mendes de Vasconcelos, consagrando-lhe algumas colunas da sua monumental *Biblioteca Lusitana* (tomo I, pp. 658-660 da edição que consultámos, a de Lisboa, 1930), diz ao terminar a parte biográfica: «Foi insigne cultor da língua latina, compondo neste idioma ou fosse em prosa ou em verso com tanta pureza que parecia ter nascido no século de Augusto. Na História sagrada e profana era muito versado, principalmente na investigação das Antiguidades Portuguesas, em cujo estudo competiu com o famoso André de Resende.»

O P.^e Manuel Monteiro, que escreveu a biografia de Diogo Mendes de Vasconcelos para o *Corpus illustrium poetarum Lusitanorum qui latine scripserunt*, organizado pelo P.^e Antonio dos Reis (tomo I, Lisboa, 1745) termina a sua informação histórica com estas palavras: «Foi homem insigne pela sua erudição e cultura, que adquiriu em viagens pela Europa e em prestigiosas Universidades, muito douto em Direito Civil e Canónico ; peritíssimo em línguas, principalmente na latina e dotado de sublime inspiração para a poesia. Por todos estes excelsos dotes e pelas suas virtudes, de tal modo foi estimado por todos que não havia ninguém, tanto entre pessoas régias e poderosas e outros varões ilustres, como entre os círculos dos eruditos que, em vida, o não honrasse com a sua profunda amizade.»

O espanhol Nicolau António, na sua *Bibliotheca Hispana Noua* (tomo I, p. 298, Madrid, 1783), depois de resumir a vida do Cónego Vasconcelos, faz uma introdução às suas obras com estas palavras: «Possuía uma erudição extraordinária sobre coisas antigas e sobre toda a literatura.»

Barbosa Machado cita ainda, na *Biblioteca Lusitana*, outras menções elogiosas que não pudemos verificar. Diz que João Soares de Brito, no *Theatrum Lusitaniae Litteratum*, afirma que Diogo Mendes «deixou de si um grande nome e fama». Aponta também Jorge Cardoso, no *Hagiolégio Lusitano dos Santos e Varões ilustres*, mas a edição que consultámos (a de Lisboa, 1657) apenas menciona (tomo II, p. 24) o nome de Diogo Mendes de Vasconcelos sem qualquer traço elogioso. Do mesmo modo, não encontramos qualquer referência

OBRA POÉTICA DE DIOGO MENDES DE VASCONCELOS 67

a Diogo Mendes de Vasconcelos no *Catalogus clarorum Hispaniae scriptorum*, de Valério André Taxandro, na edição que compulsámos (a de Mogúncia, 1607).

Pior ainda a remissão que faz para Manuel Constantino, na *Vita Álfonsi Primi*. Encontrámos a citação aludida na *Historia de origine et principio atque uita omnium regum Lusitaniae et rebus ab illis praeclare gestis (...) Libri XX (...) auctore Emmanuele Constantino* (Roma, 1601), mas as palavras «varão versado em Direito Civil e noutras ciências» (p. 42) referem-se a Gonçalo Mendes de Vasconcelos e não a seu tio Diogo Mendes de Vasconcelos. Há, de facto, nesta obra, uma referência a Diogo Mendes de Vasconcelos (p. 32), mas é fruto de uma confusão do seu autor, pois atribui ao Cónego Vasconcelos um *Hino ao Mártir S. Vicente*, que de facto é de André de Resende.

Depois dos estudiosos do século xviii, o que os eruditos disseram sobre Diogo Mendes de Vasconcelos baseia-se quase sempre em Diogo Barbosa Machado, pouco ou nada acrescentando de novo. Inocêncio Francisco da Silva, no *Dicionário Bibliográfico Português* (tomo II, Lisboa, 1926) fornece uma nota sobre o resultado negativo das suas buscas a propósito dos *Discursos da Agricultura*. Maximiano Lemos, na *Enciclopédia Portuguesa* (vol. X, Porto, s/d); Esteves Pereira, no *Dicionário histórico, corográfico, biográfico, heráldico, numismático e artístico* (vol. VII, Lisboa, 1915); a *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira* (vol. XXXIV, Lisboa, s/d) e outros — limitam-se a resumir os resumos anteriores.

Resulta, portanto, desta revisão bibliográfica, que o estudo de Diogo Barbosa Machado ainda é o mais consciencioso, pois deve ter-se servido de variadas fontes de informação, algumas das quais, supomos, se perderam. Está neste caso, sobretudo, a menção de várias obras que nós desconhecemos. Por outro lado, passos da biografia são traduzidos da autobiografia de Diogo Mendes de Vasconcelos, que, embora não seja citada, é seguida *pari passu*. Só temos que louvar o método, uma vez que melhor fonte de informação não seria possível obter-se.

*

Também os poetas homenagearam, com as suas composições latinas, o escritor que tanto em prosa como em verso manejava com facilidade e com arte a língua do Lácio.

Entre os seus amigos, vários o presentearam com pequenas dádivas poéticas. André de Resende, que vivia a seu lado, em Évora, e que lhe

transmitiu a paixão pelos vestígios da antiguidade romana, lamenta, numa poesia, que a velhice o force a abandonar os seus amados estudos, a ponto de deixar que as estantes dos livros se encham de pó e de teias de aranha. Logo a seguir recorda que Vasconcelos o incitava a continuar, e com razão, pois o livro fora já prometido ao Cardeal D. Afonso, mas só começara a ser escrito a pedido do próprio Diogo Mendes de Vasconcelos (1).

Eis os versos de Resende e a sua tradução (2).

- Quam uim cuique sua inseruit natura uel aetas
 Assuefacta diu ingenitam prope reddidit usu,
 Vertere difficile est, bone Vasconcelle, retrorsum,
 Impellat nisi uis ratioue retexere tramam,
 5 Et prope detextae diffringere licia telae.
 Id mihi quandoquidem senio contingit adulto,
 Vt studia, in quae me genitale affecerat astrum,
 Quaeque ad canitiem fueram sectatus, omittam,
 Seponam calamum, patiar puluescere libros,
 10 Libera per quorum nidos operetur Arachne:
 Vasconcelle, doles ac per conuicia crebra
 Iam detrectantem, iam munia sacra Mineruae
 Exosum, reuocare cupis, monumentaque rerum
 Lusitanarum, medio iam desita cursu,
 15 Nec summam ad metam perducere turpe putabis,
 Debita iam regi, patriae, studiisque tibi que,
 Quem mihi uel iuris prudentia summa, uel ipsum
 Eloquii geminum decus, et sine labe furentis
 Inuidiae, mores, parilis uel candor utrimque
 20 Nectit inabruptae per mutua uincla catenae.
 Mutatae mentis causam ne scire labores.

Textus inuenitur in A C P

7 austrum P || 10 Arachnes P || 17 Quam P || 19 mones P || 20 in abruptae P || 21 nescire P

(1) Cf. *Vida de André de Resende*, in Bento José de Sousa Farinha, *Colecção das Antiguidades de Évora*, 1785, p. 19.

(2) Como para a *Obra Poética* de Diogo Mendes de Vasconcelos, o texto das poesias que se seguem é estabelecido sobre uma ou várias edições que as incluem. O rodapé crítico obedece aos princípios que estabeleceremos adiante, na introdução à *Obra Poética*.

OBRA POÉTICA DE DIOGO MENDES DE VASCONCELOS 69

- A vocação que a cada um a sua natureza deu ou que um duradouro
Costume de vida, com o hábito, tornou quase inata,
É difícil, amigo Vasconcelos, fazê-la voltar atrás,
A não ser que uma imposição ou uma razão force adesfazer a trama*
- 5 *E como que a quebrar o fio da teia tecida.
É isso que, na realidade, em avançada velhice, meacontece a mim,
A ponto de pôr de parte os estudos para que me dotara a estrela
Do meu nascimento e que eu cultivara até à canície,
De depor a pena, de consentir que os livros se encham de pó,*
- 10 *Que, ao longo das suas prateleiras, livremente trabalhe Ar acne.
Tens pena, ó Vasconcelos, e com insistentes recriminações
Desejas dissuadir a quem já recusa e já detesta
Os dons sagrados de Minerva e julgarás mal
Que não leve até ao fim as memórias históricas*
- 15 *De Portugal, abandonadas já a meio caminho,
Já em dívida ao Rei, à Pátria, aos estudos e a ti,
A quem me liga quer a ciência do Direito, quer
A própria honra, gémea da eloquência e sem mancha
De louca inveja, o carácter e uma igual amizade*
- 20 *De ambos, por mútuos vínculos de uma cadeia indestrutível.
Não procures saber a causa desta mudança de atitude.*

A amizade de Resende a Vasconcelos, tão explicitamente expressa no final da poesia anterior, é também atestada por outra pequena composição. Por ocasião da passagem por Évora, em 1571, do Cardeal Alexandrino, Legado Pontifício à Corte de D. Sebastião, um dos membros da comitiva, Mons. Contarelli, ficou hospedado em casa do Inquisidor da Fé e Cónego da Basílica Metropolitana de Évora, Dr. Diogo Mendes de Vasconcelos. O hospedeiro ofereceu um jantar de gala e entre os convidados contava-se André de Resende que, apresentando-se com modéstia, trouxe consigo um presente de géneros hortícolas, entre os quais umas cidras (1). Recitou então seis versos em ritmo falécio, em que louva o hóspede e o hospedeiro e se desculpa da humildade do seu presente, dizendo que, como poeta sem brilho, lhe ficava bem oferecer frutos simples do campo.

(1) Cf. *Vida de André de Resende, in Bento José de Sousa Farinha, Coleção das Antiguidades de Évora, 1785, p. 21.*

Leiam-se os próprios versos:

Inter magnificas dapes et amplas,
 Amplo et magnifico hospiti paratas,
 Si quem das quoque muneri pusillo,
 Vasconcelle, locum, infimum licebit,
 5 De nostro id cape quaecumque rure.
 Mittunt rustica rustici poetae.

Textus in AC

*Entre o magnífico e esplêndido banquete,
 Preparado para o esplêndido e magnífico hóspede,
 Se algum lugar concedes a um pequeno presente,
 Ó Vasconcelos, permitido será também um ínfimo.
 5 Recebe esta insignificância, do meu campo.
 Os poetas rústicos oferecem prendas rústicas.*

Outro amigo de Diogo Mendes de Vasconcelos é o eborense Dr. Luís Pires, que aliava ao seu saber de medicina o culto das letras antigas. Vasconcelos lembra-o, numa composição dedicada a Pedro Sanches, e Luís Pires retribuiu-lhe com uma longa poesia em que aborda diversos temas. Começa por dizer que o mérito de Vasconcelos devia ser cantado por um poeta como Homero ou Virgílio e não por um discípulo de Hipócrates, que tem pouco tempo para se consagrar à poesia. Enumera depois as qualidades e o valor de Diogo Mendes, tocando em pontos que nós mal compreendemos, talvez porque nos escapam elementos para a reconstituição completa da rica personalidade do Cónego Vasconcelos. Assim, aceitamos o encómio ao valor da sua poesia, prosa e estudos jurídicos, mas não entendemos bem a referência à sua paixão pela ciência da geografia. Não é novidade para nós a exaltação da nobreza dos antepassados e achamos que há sentido divinatório em anunciar que Diogo Mendes será dos mais ilustres membros da família. Finalmente, faz-se uma alusão à estima de D. Sebastião, que queria ter junto de si o poeta Cónego Vasconcelos para lhe cantar os feitos ilustres.

Eis a poesia, na íntegra:

- Saepius in laudes raperet mea plectra Thalia,
 Vasconcelle, tuas, mage ni minuisse timeret
 Ingenii culpa tenuis, quam auxisse merentes
 Maeonio pangi plectro musaque Maronis.
- 5 Sed mihi cura domus grauis et morosa senectus,
 Apta parum Phoebo pulchrisque sororibus, obstant
 Ne tua digna alio celebrem praeconia saeclo,
 Orbe alio et priscis quoque Maecenatibus illis.
 Adde quod Hippocrates quoque Pergameusque Galenus,
- 10 Artis Paeoniae proceres uerique magistri,
 Quorum castra sequor multis iam miles ab annis,
 Te laudare uetant et nos Helicone laborant
 Deturbare sacro, Phoeboque arcere canoro,
 Pierioque choro, ne quas tu pectore condis
- 15 Virtutes animi egregias ego promere possim
 Carmine grandiloquo, Musis et Apolline digno.
 Attamen ut mentis quae sit sententia nostrae
 Eloquar: Aonides uiridi tua tempora lauro
 Cinxere et teneris admorunt ubera labris.
- 20 Attica praeceptis sophiae tua pectora Pallas
 Imbuit, Arpinas quoque facundissimus ille
 Et pater eloquii dicendi contulit artem:
 Quippe parem inuenias nullum uix nempe secundum,
 Qui conferre pedem ualeat, seu carmina culta
- 25 Scribere, seu cupis historias sermone soluto:
 Seu terrarum orbem radio describere malis:
 Quis, rogo, te melius terrae pontique recessus
 Eruit e tenebris? Alta quae mersa ruina
 Tempore deleuit penitus longaeua uetustas?
- 30 Quis sacra pontificum melius decreta patrumque
 Rectius explicuit nodos? Sacrataque iura?
 Quid de stirpe tua referam, generose Menoeti?
 Stemmata qui longo decoras cunabula gentis
 Clara tuae, qua non toto iactantior ulla

**Textus in G R et in P tantum uersus 17-19 et 23-25
 4 angui R II 23 neque P**

- 35 Orbe quidem fuerit, tanto pro munere, felix
 Nobilitate tua, sed tu felicior illa,
 Nomine quando tuo est saeculis noscenda futuris.
 Nam ueluti stellas obscurat Luna minores
 Lumine clara suo, sic tu, dignissime praesul,
- 40 Obtenebras alios animi candore corusco.
 Denique nostra tuis uigilando musa fatiscit
 Laudibus et portum iam quaerit anhela quietum.
 Hinc te magnanimus dignatur nosse Sebastus,
 Insinuare suam quoque te conatur in aulam,
- 45 Vt calamo celebres inuicti gesta sonoro
 Regis et antiquos disponas ordine fastos
 Auspiciis, Iacobe, tuis atque alite fausto.

*Muito mais vezes, Vasconcelos, Talia arrebataria a minha lira
 Para te louvar, se não receasse diminuir, por culpa
 Do fraco engenho, mais do que aumentar, a glória dos que merecem
 Ser cantados pela lira do Meónio e pela musa de Marão.*

- 5 *Mas a mim, o pesado encargo da casa e a velhice importuna,
 Pouco dada a Febo e às belas irmãs, impedem-me
 De celebrar os teus méritos, dignos de outro século,
 De outro mundo e também dos antigos Mecenas.
 Acresce ainda que também Hipócrates e Galeno de Pérgamo,*
- 10 *Próceres da arte de Péon e verdadeiros mestres,
 Em cujos arraiais milito como soldado há já muitos anos,
 Me impedem de te louvar e se esforçam por me expulsar
 Do Hélicon sagrado e de me afastar do melodioso Febo
 E do coro das Piérides, para que eu não possa manifestar as egrégias*
- 15 *Qualidades de alma que encerras no teu peito,
 Num poema grandiloquo, digno das Musas e de Apoio.
 Contudo, eu vou expor qual a minha
 Opinião: as Aónides cingiram as tuas ténporas de verde
 Loureiro e aproximaram o seio dos teus ternos lábios.*
- 20 *Palas Ateneia impregnou o teu peito dos preceitos
 Da sabedoria, e também o eloquentíssimo Arpinate,
 Pai da oratória, te concedeu a arte de dizer.
 De facto, não se encontra ninguém igual a ti, e dificilmente um segundo
 Que possa competir contigo, quer desejes escrever*

OBRA POÉTICA DE DIOGO MENDES DE VASCONCELOS 73

- 25 *Doutas poesias, quer trabalhos de história, em prosa,
Quer prefiras representar o orbe terráqueo com o compasso.
Quem, pergunto eu, melhor que tu tirou das trevas os segredos
Da terra e do mar! E as coisas que, mergulhadas em profunda ruína,
Uma longa velhice completamente destruiu, com o tempo?*
- 30 *Quem esclareceu melhor os decretos sagrados dos pontífices
E com mais segurança as dificuldades dos antepassados? E o Direito
Que hei-de dizer da tua estirpe, ó nobre Mendes? [divino ?
Tu que, nascido de antiga linhagem, honras as origens ilustres
Da tua família, mais altiva que a qual não haverá, por certo,*
- 35 *Outra em todo o mundo, por tão valiosos serviços, feliz
Com a tua celebridade; mas tu serás mais feliz que ela
Quando, por causa do teu nome, ela for conhecida nos séculos futuros.
Com efeito, assim como a Lua brilhante obscurece as estrelas
Menores com a sua luz, assim tu, digníssimo guia,*
- 40 *Colocas os outros na sombra com o brilho cintilante do teu espírito.
Enfim, a minha Musa, sente-se impotente para prestar atenção aos teus
Louvores e procura já, cansada, um porto tranquilo.
Por isso o magnânimo Sebastião se honra em conhecer-te
E se esforça por te fazer entrar na sua Corte,*
- 45 *Para celebrares com a tua pena sonora os feitos do Rei
Invicto e pões em verso os fastos antigos,
Com a tua autoridade, ó Diogo, e a tua feliz inspiração.*

Luis da Silva Brito foi quem, por mandado do Arcebispo de Évora, D. Teotónio de Bragança, deu o parecer necessário para se obter a licença eclesiástica da impressão do *De Antiquitatibus Lusitaniae*. Ao exprimir a sua opinião, o Auditor do Prelado louva os «cinco livros das Antiguidades de Portugal, de Diogo Mendes de Vasconcelos» e diz que eram dignos de terem chegado mais cedo às mãos de todos (1).

Luis da Silva Brito, que era teólogo de mérito e bom crítico literário — a ponto de ter composto um tratado de arte poética e ter feito uns comentários aos *Lusiadas* — deixou consignada a sua admiração pela obra de Resende e Vasconcelos num belo epigrama. Baseando-se no símile do cisne que canta quando sente que se aproxima o seu fim, exalta a obra de Vasconcelos que, apesar da idade, produziu um canto superior ao do cisne.

(1) Cf. *De Antiquitatibus Lusitaniae*, 1593, fl. 4.

São apenas oito versos, dispostos em quatro dísticos elegíacos que reproduzimos a seguir:*

- Egregius forsan zephyrus si flauerit ultro,
 Cantat olor, finem cum scit adesse sibi.
 Vasconcelle, tua haec cycnos imitata senectus
 Facundo resonum prompsit ab ore melos.
 5 Sed miror canum quod sic imitaris olorem,
 Dulcia olorinae guttura uincis auis.
 Ille silet, placidas Zephyrus si denegat auras,
 Tu, sileat quamuis aura benigna, canis.

Textus in A P

- Se porventura o egrégio zéfiro soprar demasiado quente,
 O cisne canta, pois sabe que se aproxima o seu fim.
 Vasconcelos, a tua velhice, imitando nisto os cisnes,
 Produziu um canto ressonante, saído da tua boca eloquente.
 5 Mas — coisa admirável—tu, que assim imitas o cisne branco,
 Superas os cantos agradáveis da ave que é o cisne.
 Ele cala-se, se o zéfiro recusa brisas suaves,
 Tu, ainda que a brisa benigna se cale, cantas.*

Sabemos que, da família de Diogo Mendes de Vasconcelos, Miguel Cabedo e seus filhos, António Cabedo e Gonçalo Mendes de Vasconcelos e Cabedo, compunham em latim, ora em prosa ora em verso. Porém, nenhum destes dedicou poesias a Diogo Mendes, mas sim Manuel Cabedo de Vasconcelos, também seu sobrinho, que foi Cavaleiro de Malta.

No primeiro epigrama lembra Manuel Cabedo que André de Resende morreu sem ter terminado os livros que manteriam vivo o nome da velha Lusitânia, mas que esta obra foi acabada por Diogo Mendes de Vasconcelos. E termina notando, com felicidade, que assim se libertaram mutuamente da morte e ambos se mostraram dedicados à Pátria.

A segunda poesia começa pelo mesmo pensamento da primeira, mas ganha logo altura, tomando rumo diferente. Apoia-se na mitologia que de Atlas nos conta que transportava aos ombros o mundo e

OBRA POÉTICA DE DIOGO MENDES DE VASCONCELOS 75

a certa altura foi aliviado por Hércules, filho de Zeus e Alcmena e neto de Alceu, e por isso mesmo também chamado Alcides.

Aplicando este dado mítico à substituição de Resende por Vasconcelos, o autor da poesia imagina Lisia (ou Luso), fundador da Lusitânia, fazendo este comentário, elogioso para Vasconcelos: — Não és inferior a Alcides, não vales menos que Atlas, isto é, com a substituição a grandeza da obra nada perdeu.

A última composição retoma o mesmo tema e trata-o ainda de outra maneira, não menos sugestiva. Quando o pintor grego Apeles morreu, conta-se que ninguém se atrevia a acabar o quadro de Vénus que ele deixara em meio. Não aconteceu o mesmo à obra de Resende. Vasconcelos leva-a ao fim e a continuação não é inferior ao princípio. Assim, ambos se engrandecem. Também este fecho é uma variante do final do primeiro epigrama.

Este tríplice desenvolvimento do mesmo tema mostra a variedade de recursos literários de um poeta que sabe inspirar-se na cultura clássica.

Seguem-se os três epigramas de Manuel Cabedo de Vasconcelos, com a respectiva tradução:

I

Lucius antiquam patriam dum a morte pararet
Eripere, iniecit inuida Parca manum.
Sed moriens post se uictura uolumina liquit:
Haec, Iacobe, tua perficiuntur ope.
5 Edis opus: sic ille tibi dat morte carere,
Tuque illi, patriae gratus uterque suae.

Textus in A P

II

Dum ne deficiant patriae monumenta laborat
Andreas, operi deficit ipse suo.
Ac uelut Atlantis lassati pondere fertur
Herculeis humeris incubuisse labor:

- 5 Incubuit labor iste tuis, Iacobe, nec alter,
 Quo melius grauis haec machina staret, erat.
 Lysia te postquam uidit sub pondéré, dixit:
 Non minor Alcide es, non es Atlante minor.

Textus in A

III

- Cum mediam Cous Venerem pinxisset Apelles,
 Et moriens coeptum linqueret auctor opus:
 Artificis manus una, manus deterruit omnes,
 Nec medio finem quae daret ulla fuit.
- 5 Finxerat Andreas simulacrum nobile regni,
 Liquit at inceptum morte peremptus opus.
 Non, Iacobe, tamen terret te insignis imago,
 Extremamque operi uis adhibere manum.
 Et bene conueniunt cum primis ultima, maius
 10 Andreae nomen tu facis, ille tuum.

Textus in A

I

- Enquanto Lúcio (1) se preparava para livrar a Pátria antiga
 Da morte, a cruel Parca lançou-lhe a mão.
 Mas, ao morrer, deixou livros que hão-de viver depois dele.
 Estes, ó Diogo, são aperfeiçoados com o teu trabalho.*
- 5 *Publicas a obra; assim, a libertação da morte aquele te concede
 E tu a ele; e ambos são agradecidos à sua Pátria.*

(1) Lúcio está aqui em vez de André de Resende . Na tradução da *Vida do Licenciado André de Resende* (1785, pp. 32-36), Bento José de Sousa Farinha adverte os seus leitores de que «alguns homens sábios têm dado a Resende, nos seus escritos o nome de Lúcio» e de que a própria edição de que se serviu para fazer a tradução, «que é a primeira, e foi feita 18 anos depois do seu falecimento, também lhe dá por extenso o nome de Lúcio na primeira folha». Diz logo a seguir, porém, que Resende «não teve este nome, e que procedeu o erro de se interpretar mal o L. que pôs antes

II

*Enquanto André trabalha para que não desapareçam os monumentos
Da Pátria, desaparece ele para a sua obra.
E como de Atlas, fatigado com o peso, se conta
Que o seu trabalho recaiu sobre os ombros de Hércules,*

do nome, lendo por ele Lúcio, devendo ser licenciado». Confirma depois esta sua opinião com o «voto» do Dr. José Lopes de Mira que lhe «assegurou ter visto muitas vezes em assentos de baptismos e casamentos feitos da própria mão de Resende, assinado por extenso *licenciado André de Resende*. Ainda que outras vezes se assinava *Mestre André de Resende*». E termina : «É certo que se fora Lúcio bem deveria assinar-se *Mestre Lúcio* etc.».

Apesar de esta argumentação parecer clara, está longe de ser convincente. André de Resende usou, de facto, também o nome de Lúcio. Observe-se que *Vita* traduzida por Bento José de Sousa Farinha é a que se encontra no *De Antiquitatibus Lusitaniae* (Évora, 1593), da autoria de Diogo Mendes de Vasconcelos, o qual conhecia perfeitamente o seu biografado, pois aí diz: *Fuit autem noster Resendius mihi arcta amicitia et familiaritate coniunctus*. É certo que no princípio desta biografia Vasconcelos escreve, usando a abreviatura: *Vita L. Andreae Resendii*, mas parece-nos que de modo nenhum se pode supor que o nome de Lúcio, quando empregado por Diogo Mendes de Vasconcelos, seja fruto de um erro de interpretação. Vasconcelos devia conhecer bem todos os nomes de Resende. Na mesma *Vita* informa-nos até de que durante algum tempo Resende assinou também com o prenome de *Ángelo*, «como se pode ver dos títulos dos livros que na mocidade compôs». Por isso, quando no frontispício do *De Antiquitatibus Lusitaniae* diz que estes livros foram a *Lucio Andrea Resendio olim inchoati* ou quando, adiante (p. B3), escreve uns versos *in laudem Lucii Andreae Resendii*, não se deve tratar de uma errada interpretação da abreviatura *L.*

A questão do nome de André de Resende foi levantada também em 1905 por A. F. Barata (cf. *Arquivo Histórico Português*, III (1905) pp. 43-46) que acusa Diogo Mendes de Vasconcelos de ter sido o «criador do Lúcio». Pouco depois respondeu-lhe (*ib.* pp. 161-178) D. Carolina Michaelis, dando uma interpretação ao problema, baseada em vários argumentos de erudição. Supõe a grande Mestra que Resende passou a assinar com o prenome de bom gosto romano *Lucius*, que aparece por abreviatura em muitas obras, para dar mais sonoridade ao seu nome, de harmonia com o costume dos humanistas. Diogo Mendes de Vasconcelos não fez mais que escrever por extenso o que então era de conhecimento comum. Com efeito, um familiar de Mestre Resende, chamado André Falcão de Resende, por duas vezes se refere em poesias suas, em português, a *Lúcio Resende*. Em carta poética a Damião de Góis e na elegia a Luisa Sigéia, o próprio Resende se designa por *Lucius*.

Mais recentemente, o problema voltou a ser abordado pelo Dr. A. Moreira de Sá que parece hesitante sobre a solução (*in* André de Resende, *Oração de Sapiência*, Lisboa, 1956, p. 65) e pelo Prof. Doutor Américo da Costa Ramalho que considera

5 *Assim esta tarefa recaiu sobre os teus, ó Diogo; nem outro
 Havia sobre quem este pesado encargo melhor repousasse.
 Depois de te ver sob o peso, Lis ia disse:
 «Não és inferior a Alcides, não és inferior a Atlas.»*

*Tendo Apeles de Cós pintado metade de Vénus
 E deixando o autor, ao morrer, a obra começada,
 Uma só mão de artista aterrou todas as mãos
 E nenhuma houve que completasse a obra em meio.*

5 *Modelara André uma grandiosa efigie do Reino,
 Mas, arrebatado pela morte, deixou a obra começada.
 Contudo a ti, ó Diogo, a insigne imagem não te aterra
 E queres dar à obra a última demão.
 E o fim condiz bem com o princípio, tu tornas*

10 *Maior o nome de André e ele o teu.*

Finalmente, a última referência poética que conhecemos a Diogo Mendes de Vasconcelos, também elogiosa na sua brevidade e concisão, é do P.^e António dos Reis, o organizador do *Corpus illustrium poetarum Lusitanorum*. Também ele foi bom poeta latino e com os seus versos preencheu o seu continuador, P.^e Manuel Monteiro, todo o VIII volume do *Corpus*.

No *Enthusiasmus Poeticus*, ao referir-se a vários vates inspirados pela musa latina, tem esta pequena passagem:

Tuque Menaeti,
 Quem dédit, hoc tantum titulo clarissimus Alter
 Pagus

a questão definitivamente encerrada por D. Carolina Michaelis (cf. *O poeta quinhen-tista André Falcão de Resende*, in *Humanitas*, vol. VI e VII da nova série, p. 107 [Coimbra, 1958]).

As observações que acabamos de fazer à «advertência» de Bento José de Sousa Farinha mostram bem que Diogo Mendes de Vasconcelos de modo nenhum podia ser um falso intérprete do L. ou o «criador do Lúcio». Aliás, Vasconcelos não podia confundir o L. com *licenciado*, pois sabia que a abreviatura desta palavra é *L.^{do}*, como ele próprio assinou várias vezes (cf. por exemplo, o processo da Inquisição de Évora n.º 5 170, fl. 22).

E tu, ó Mendes,

Nascido na vila de Alter, só por este título

Celebérrima

A partir dos meados do século xviii os estudos sobre os humanistas portugueses começaram a escassear. Ainda bem que nas últimas décadas alguns estudiosos se dedicaram a pôr em relevo o mérito literário de vários dos nossos escritores latinos renascentistas. A Diogo Mendes de Vasconcelos fez, recentemente, rápidas alusões, o Doutor Francisco Caeiro, no livro *O Arquiduque Alberto de Áustria* (Lisboa, 1961), como veremos nos *Comentários* às poesias V e XXVIII.